

Escola de Ciências Sociais e Humanas

Departamento de Economia Política

Tipologias de Desempregados em Portugal em 2001 e em 2010: uma contribuição para a definição de políticas públicas de emprego

ANA PAULA BATISTA AMARO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Políticas de Desenvolvimento de Recursos Humanos

Orientadora:

Professora Doutora Fátima Suleman, Professor Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Co-Orientador:

Professor Doutor Abdul Kadir Suleman, Professor Auxiliar

ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa

Junho, 2012

Dedicatória

A realidade do desemprego, comporta uma dimensão, muito importante e muitas vezes esquecida ou pouco valorizada: os profissionais que trabalham diretamente com os cidadãos desempregados. São os profissionais do IEFP,IP- Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, que diariamente atendem e acompanham os cidadãos desempregados e assim, obtêm um retrato em discurso direto, das implicações sócioeconómicas deste fenómeno na vida das pessoas. Dedico por isso, este trabalho a todos os meus colegas do IEFP,IP, com a consciência do quanto é importante e continuará a ser, a sua contribuição para a definição e aplicação das políticas nacionais de combate ao desemprego.

A satisfação e a realização pessoal obtidas através deste trabalho, são dedicadas inteiramente ao meu marido João, às minhas filhas Laura e Mariana e aos meus amigos, pelo seu apoio incondicional, sem o qual, este trabalho nunca teria sido realizado.

Agradecimentos

A realização deste trabalho foi possível graças à colaboração de inúmeras pessoas e entidades, a quem expresso aqui o meu sincero agradecimento:

À Prof^a Fátima Suleman, pelas orientações e apoio prestado, ao longo do desenvolvimento deste trabalho;

Ao Prof. Abdul Suleman, pela preciosa intervenção no domínio do modelo estatístico “fuzzy clustering”;

Ao INE- Instituto Nacional de Estatística, pela cedência dos microdados do “Inquérito ao Emprego”;

Ao IEFP,IP- Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, pela aprovação de um horário de trabalho específico;

Aos meus colegas de mestrado, pelo apoio, sugestões e aprendizagens proporcionadas ao longo do tempo que passámos juntos;

A todos,

Muito obrigado

Resumo

No cenário da actual crise económica, os dados da OIT (2010) e do Eurostat (2010), permitem validar o aumento da taxa de desemprego nos países da União Europeia (UE) nos últimos anos e as mudanças qualitativas ocorridas no perfil dos cidadãos desempregados. Neste contexto, torna-se fundamental identificar e compreender as variáveis que estarão a contribuir para o aumento da taxa e duração do desemprego em Portugal, e assim, analisar as mudanças ocorridas no perfil dos desempregados em Portugal. Para este efeito, foi realizada uma análise estatística com base nos “Conjuntos Difusos- *fuzzy clustering*”, aos microdados presentes no Inquério ao Emprego, relativamente aos anos de 2001 e de 2010, cedidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). O modelo de análise da duração do desemprego proposto, contempla características sócio-demográficas e fatores comportamentais e situacionais. Foram identificadas 3 tipologias de desempregados em 2001 e em 2010, que revelam a existência de algumas diferenças nos perfis de desempregados nos anos em análise. Em 2001, identificaram-se os DLD e Pouco Qualificados; os DLD, Qualificados e Precários; os Jovens, Graduados e Desempregados de Curta Duração. Em 2010, identificaram-se os DLD e Pouco Qualificados; os Desempregados de Curta Duração, Qualificados e Precários; os Jovens, Graduados e DLD. Os resultados mostram que o desemprego é heterogéneo, existindo desempregados que partilham características de diferentes perfis. Os segmentos obtidos podem sustentar a definição de políticas públicas de emprego direcionadas e orientadas em Portugal.

Palavras-chave: Desemprego, Duração, Subsídio de desemprego, Procura ativa de emprego, Tipologias

Códigos do *JEL Classification System*:

C38 - Classification Methods; Cluster Analysis; Factor Model

I25 - Education and Economic Development

J64 - Unemployment: Models, Duration, Incidence, and Job Search

J65 - Unemployment Insurance; Severance Pay; Plant Closings

Abstract

In the actual economic crisis environment, the ILO (2010) and EUROSTAT (2010) data allows to validate the increase of unemployment tax in the European Union (UE) countries, as well as the qualitative changes occurred in the profile of unemployed citizens in recent years. In this context, one becomes basic to thus identify and to understand the variables that are contributing to the increase and duration of unemployment in Portugal and to analyze the occurred changes in the profile of the unemployed in Portugal. To this effect, a statistic analysis was carried out having by basis the “Diffuse Sets -fuzzy clustering”, to the micro data presented in the Job Inquiry, concerning the years of 2001 and 2010, yielded by the National Institute of Estatística (INE). The proposed model used for analysis of the duration of unemployment, contemplates social-demographic characteristics, behavioral and situational factors. Three main types of unemployed in 2001 and 2010 were identified, that disclose the existence of some differences in the profiles of unemployed in the years in analysis. In 2001, were identified the Unemployed of Long Term and the Under Qualified; the Unemployed of Long Term, Qualified and Precarious; and the Young, Graduated and Unemployed of Short Term. In 2010, were recognized the Unemployed of Long Term and the Under Qualified; the Unemployed of Short Term, Qualified and Precarious; and the Young, Graduated and DLD. The results show that unemployment is heterogeneous, and there are cases of unemployed that share characteristics of different profiles. The achieved segments can support the definition of directed and guided public employment policies in Portugal.

Keywords: Unemployment, Duration Unemployment Duration, Unemployment Benefits, Search active employment, Types

Códigos do JEL Classification System:

C38 - Classification Methods; Cluster Analysis; Factor Model

I25 - Education and Economic Development

J64 - Unemployment: Models, Duration, Incidence, and Job Search

J65 - Unemployment Insurance; Severance Pay; Plant Closings

Índice

Dedicatória	II
Agradecimentos	II
Resumo	III
Abstract	IV
Índice	V
Índice de Quadros	VII
Índice de Figuras	VII
Glossário de Siglas	VIII
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I- Enquadramento Teórico	3
I.1- O desemprego na ciência económica.....	3
I.2- Desemprego- a heterogeneidade do fenómeno	16
I.3- Caracterização do desemprego na Europa e em Portugal, entre 2001 e 2010	20
I.3.1. Caracterização do desemprego na Europa entre 2001- 2010	20
I.3.2. O desemprego em Portugal entre 2000 e 2010: Que evolução?	26
I.4- O aumento do desemprego em Portugal: da sua constatação à sua explicação	33
CAPÍTULO II - Metodologia e Dados	43
II.1. Metodologia de Investigação Empírica	43
II.2. Origem dos dados	44
II.3. Modelo estatístico	45
II.4. Estrutura dos dados	46
CAPÍTULO III- Análise empírica	47

III.1. Análise Descritiva- os dados do IE	47
III.2. Os perfis dos desempregados de reinserção	49
CONCLUSÃO	65
Fontes	68
Bibliografia	69
Links consultados	70
Anexos	71
Anexo A- Variáveis Internas	71
Anexo B- Variáveis Externas	73
Anexo C- Níveis de resposta para ieq 72	73
Anexo D- Níveis de resposta para ieq 73	74
Anexo E- Estimativas dos perfis puros (Tipologias)- 2001	75
Anexo F- Estimativas dos perfis puros (Tipologias)- 2010	78

Índice de Quadros

Quadro 1.1. <i>Quadro síntese do enquadramento teórico</i>	17
Quadro 1.2. <i>Taxa de desemprego na Europa no período 2000-2011</i>	20
Quadro 1.3. <i>Taxa de desemprego dos jovens na Europa</i>	25
Quadro 3.1. <i>Comparação da percentagem de desempregados na amostra nos anos 2001 e 2010</i>	48
Quadro 3.2. <i>Designação dos Perfis de Desempregados em 2001 e 2010</i>	53
Quadro 3.3. <i>Caracterização dos Perfis de Desempregados em 2001 e 2010</i>	53
Tabela 3.4. <i>Distribuição de indivíduos na estrutura tipológica do desemprego (valores em percentagem)- por cada Tipologia</i>	61
Tabela 3.5. <i>Distribuição de indivíduos na estrutura tipológica do desemprego (valores em percentagem)- entre Tipologias</i>	61
Quadro 3.4. <i>Caracterização das arestas 1-2 e 1-3 em 2001 e em 2010</i>	63

Índice de Figuras

Figura 1.1. <i>Comparação da Taxa de desemprego entre Europa, EUA e Japão</i>	21
Figura 1.2. <i>Taxa de desemprego na Europa por Género</i>	22
Figura 1.3. <i>Taxa de desemprego de Longa Duração na Europa em 2009</i>	24
Figura 1.4. <i>Taxa de desemprego na Europa por Género em 2010</i>	24
Figura 1.5. <i>Taxa de desemprego na Europa por nível de escolaridade em 2010</i>	25

Figura 1.6. <i>Gráfico com evolução da Taxa de desemprego no período 1999-2010</i>	27
Figura 1.7. <i>Taxa de desemprego por grupo etário</i>	28
Figura 1.8. <i>Desemprego por grupo etário</i>	28
Figura 1.9. <i>Taxa de desemprego por nível de escolaridade</i>	30
Figura 1.10. <i>Desemprego por nível de escolaridade (milhares)</i>	30
Figura 1.11. <i>Desemprego de Longa Duração</i>	32
Figura 1.12. <i>Taxa de desemprego por Género</i>	32
Figura 2.1. <i>Modelo de análise: Tipologias de desempregados</i>	43
Figura 3.1. <i>Principais alterações nos Perfis de desempregados entre 2001 e 2010</i>	56

Glossário de Siglas

OIT- Organização Internacional do Trabalho

EUROSTAT- Statistical Office of the European Union

UE- União Europeia

INE- Instituto Nacional de Estatística

RSI- Rendimento Social de Inserção

PAE- Procura Ativa de Emprego

PIB- Produto Interno Bruto

EU-27 – Europa dos 27

EA- 16 – Euro Área

DLD- Desempregado de Longa Duração

IE- Inquérito ao Emprego

NUTS II – Unidades Territoriais Estatísticas de Portugal

PNE- Plano Nacional de Emprego

WBGES 2008- World Bank Group Entrepreneurship Survey

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

IEFP,IP- Instituto de Emprego e Formação Profissional

PISA- Programme for International Student Assessment

I&D- Investigação e Desenvolvimento

EPL- Employment Protection Legislation

IDE- Investimento Direto do Estrangeiro

INTRODUÇÃO

O mundo em geral e a Europa em particular, enfrenta um momento de transformação social e económica que se acentuou com a crise económica e financeira ocorrida em 2008. Uma das expressões mais visíveis da atual crise é o aumento do desemprego na Europa. O tema do desemprego, pelo volume de indivíduos que regista atualmente e pelas correspondentes consequências sociais e individuais, tornou-se um objeto de debate não só ao nível das várias instâncias políticas europeias, mas também da sociedade civil em geral e dos investigadores em particular.

No cenário da atual crise económica, os dados da OIT (2010) e do Eurostat (2010) permitem validar o aumento da taxa de desemprego nos países da União Europeia (UE) nos últimos anos e as mudanças qualitativas ocorridas no perfil dos cidadãos desempregados. Os dados apontam ainda para um aumento da duração do desemprego, o que constitui uma preocupação crescente, devido ao impacto que esta situação poderá ter ao nível da sustentabilidade dos sistemas de proteção social dos países europeus, e num sentido mais global, ao nível da sustentabilidade do Modelo Social Europeu (Rodrigues, 2004).

É neste contexto que pretendemos estudar as características dos desempregados em Portugal e analisar a sua evolução, considerando um intervalo de 10 anos (2001 e 2010). A ameaça da generalização do desemprego a um nível global e a necessidade de definição de medidas eficazes para o combater, justificam o reforço do estudo desta temática. O aumento da taxa de desemprego no período compreendido entre 2001 e 2010, (4,1% e 10,8%, respetivamente) torna urgente o debate e a investigação sobre o tema.

A natureza do desemprego tem atraído a atenção dos economistas desde longa data. Para os neoclássicos, o desemprego é de natureza comportamental que decorre da recusa em aceitar a taxa de salário de mercado. Dentro desta mesma linha de raciocínio, o desemprego friccional, descrito pela teoria da procura de emprego (job search), remete para um desemprego associado à mobilidade dos trabalhadores na procura de melhores condições salariais. Em suma, nos modelos de inspiração neoclássica, o desemprego surge associado a comportamentos individuais. Estudos mais recentes exploram a relação entre a proteção no desemprego e os comportamentos de procura ativa de emprego para compreender em que medida a existência de um rendimento de não-trabalho influencia as decisões individuais de

procura de emprego (Atkinson, A. e Micklewright, J., 1991; Centeno, M. e Novo, A. , 2006; Kettunen, J. , 1996; Bratberg, E. E Vaage, K., 2000; Pellizzari, M., 2006).

Noutros modelos, o desemprego está associado a fatores que ultrapassam a decisão individual. Por exemplo, os keynesianos apontam para a natureza conjuntural do desemprego, sendo este uma consequência direta da procura reduzida e insuficiente de bens de consumo, característica dos períodos de desaceleração económica.

Do seu lado, os teóricos da segmentação colocam o acento na heterogeneidade do desemprego. Nesta perspetiva, são as empresas que através da suas políticas de recursos humanos, provocam o surgimento de segmentos no mercado de trabalho expostos de forma diferenciada ao desemprego. Por exemplo, Blanchard e Katz (1997) e Cahuc e Postel-Vinay (2002) estudaram a importância do tipo de contrato anterior ao desemprego, enquanto Theodossiou e Zangelidis (2009) exploraram a diferenciação da exposição face ao desemprego baseada no género.

Além disso, a inovação organizacional e tecnológica seguida pelas empresas provoca um desemprego de natureza estrutural que se traduz num desajustamento forte entre as competências detidas pela mão-de-obra e as competências requeridas pelos empregos. Neste contexto, diversas pesquisas exploram a relação entre escolaridade e desemprego (McKenna, 1996; Furia *et al*, 2010; Isengard, 2003; Kettunen, 1997; Portugal, 2004); e ainda o efeito de geração, procurando explorar a interdependência entre a idade e o nível de escolaridade (Biagi, F. e Lucifora, C., 2008).

A revisão de literatura realizada, permitiu verificar que os estudos oferecem uma visão segmentada sobre o desemprego. Este estudo procura colmatar esta lacuna através da descrição da população desempregada e da identificação de características que permitam compreender a(s) natureza(s) do desemprego em Portugal. Utilizando os dados obtidos através do Inquérito ao Emprego do Instituto Nacional de Estatística, e recorrendo à técnica de agrupamento baseado em pertenças parciais (*fuzzy clustering*), esta pesquisa pretende identificar tipologias de desempregados nos anos de 2001 e de 2010, e fornecer algumas pistas para a compreensão da evolução registada neste período. As tipologias são variáveis construídas a partir de agrupamentos específicos de categorias de variáveis observadas que sinalizam as características de uma população, neste caso da população desempregada.

De forma mais específica, este estudo visa identificar perfis de desempregados, procurando: i) apreciar a heterogeneidade do desemprego através das características inatas, adquiridas, comportamentais e situacionais dos desempregados; e ii) analisar a evolução dessas características ao longo do tempo. Para evitar enviesamentos devidos à sazonalidade, o estudo limita-se ao último trimestre de cada ano em análise.

As questões que este trabalho visa responder, as quais decorrem da discussão teórica realizada, são:

- Quais as características predominantes dos desempregados em Portugal em 2001 e em 2010?
- Em que medida essas características estão relacionadas com fatores de natureza conjuntural ou estrutural do desemprego?
- Quais as diferenças existentes nessas características, nos anos de 2001 e de 2010?

O contributo essencial desta pesquisa será assim informar a decisão política sobre a diversidade no interior da população desempregada e, em consequência, chamar a atenção para a necessidade de definir políticas direcionadas a esses segmentos, evitando assim uma abordagem global e generalizada do desemprego. Acreditamos que a eficácia das políticas de emprego depende do conhecimento fino dos seus alvos de intervenção.

O trabalho está organizado por capítulos. No capítulo I são apresentados os contributos teóricos que permitem compreender a natureza do desemprego e descreve as características e evolução do desemprego na Europa e Portugal. O capítulo II sistematiza a metodologia de investigação empírica, apresentando os dados usados e a técnica estatística utilizada para construir tipologias de desempregados em Portugal. A análise empírica é apresentada no capítulo III, e algumas conclusões sobre a temática são reportadas no capítulo IV.

CAPÍTULO I- Enquadramento Teórico

I.1- O desemprego na ciência económica

O desemprego representa um dos problemas sociais mais graves e os dados recentes apontam para o seu forte agravamento em muitos países europeus. Por isso, a temática do desemprego tem ocupado um lugar privilegiado na ciência económica que procura explicar o fenómeno e

encontrar medidas que o solucionem, ou pelo menos, o atenuem (Smith, 2003). Todavia, os contributos teóricos e empíricos não são consensuais e, desta forma, sugerem medidas diferenciadas de solução.

Uma leitura atenta da literatura disponível permite sistematizar quatro grandes modelos teóricos aos quais estão associados diferentes tipos de desemprego. O modelo neoclássico que considera o desemprego como sendo resultado de comportamentos individuais de não aceitação das condições do mercado de trabalho. É o salário mais ou menos elevado que faz com que os trabalhadores integrem ou sejam excluídos do mercado de trabalho, numa lógica de que salários mais elevados significam um número menor de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho, e conseqüentemente, mais desemprego. Desta forma, a responsabilidade pessoal e o comportamento de procura ativa de emprego por parte do indivíduo, são princípios defendidos pelo modelo neoclássico para a resolução do desemprego.

Na mesma linha teórica do modelo neoclássico, nos anos 80 surgiu uma nova corrente de análise do funcionamento do mercado de trabalho, que é conhecida como a teoria do “Job Search”.

A literatura sobre a teoria de “Job Search”, tem-se revelado útil na compreensão da contínua taxa elevada de desemprego na Europa, ao analisar aspectos como o retorno da escolaridade e as desigualdades de rendimentos, os ganhos diferenciais de género, a duração do desemprego, a dispersão salarial, o efeito do salário mínimo e os programas de formação e treino.

A teoria de “Job Search” postula que certos eventos como o *salário oferecido* determinam a procura de emprego por parte do indivíduo (Eckstein e Van den Berg, 2006). Este fato, origina na opinião destes autores, distribuições probabilísticas dos resultados do mercado de trabalho observados como sejam, o desemprego, a duração do emprego e o valor dos salários. Esta teoria assenta ainda no princípio de que é necessário tempo para descobrir oportunidades aceitáveis de troca de emprego no mercado de trabalho. A informação imperfeita que é fornecida pelo mercado de trabalho é definida nesta teoria com o termo “search frictions” (i.e. atritos de pesquisa) (Eckstein & Van den Berg, 2006). Mortensen (1999), descreve a forma como estas teorias têm contribuído para a compreensão da duração do desemprego e para a avaliação das medidas implementadas para promover a reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho.

A nível empírico, os efeitos provocados pela receção de prestações de desemprego, na duração do período de desemprego tem atraído a atenção de muitos investigadores na área da economia do trabalho. O survey realizado por Atkinson e Micklewright (1991), apresenta vários estudos que correlacionam de forma positiva a duração do período de desemprego, com a receção de prestações de desemprego. Apresentam também estudos onde se conclui pela existência de uma correlação positiva entre a duração do período de desemprego e o valor das prestações de desemprego. Neste survey, os autores apresentam um modelo explicativo que contempla o controlo administrativo realizado pelas autoridades governamentais sobre a aplicação das prestações de desemprego, como variável mediadora da duração do período de desemprego. Desta forma, consideram que quanto mais restritivas forem as regras de aplicação das prestações de desemprego, relativamente aos movimentos de procura ativa de emprego, à recusa de ofertas e à aceitação de mobilidade, menor será o tempo de duração do desemprego.

Kettunen, (1996), ao conduzir um estudo na Finlândia, verificou também que um controlo apertado sobre a administração das prestações de desemprego diminui os efeitos desincentivadores provocados pelas prestações de desemprego.

Atkinson e Micklewright (1991), consideram ainda que as prestações de desemprego poderão atuar sobre a duração do período de desemprego, ao nível da redução do trabalho precário, na medida em que os indivíduos desempregados, ao receberem prestações de desemprego, reduzem os custos de rejeição de um emprego, ao procurarem um emprego com maior estabilidade.

Esta conclusão foi também verificada no estudo conduzido por Centeno e Novo (2006), no qual os autores concluíram que o sistema de proteção do desemprego pode aumentar o nível de risco que os desempregados estão dispostos a suportar na procura de emprego, pois no caso de não receberem subsídio de desemprego, os desempregados aceitariam empregos com menor estabilidade e menores condições de trabalho. Estes autores verificaram que no caso dos trabalhadores menos qualificados, quanto maior for a duração do período de desemprego e quanto mais elevado for o valor das prestações de desemprego, mais seletiva será a procura de trabalho e maior será a estabilidade do emprego conseguido. Para estes autores, o sistema de proteção do desemprego, parece constituir mais que um subsídio de procura de emprego, uma vez que tem o efeito de aumentar a qualidade do ajustamento que o trabalhador realiza.

Bratberg e Vaage (2000), tentaram avaliar o impacto causado na transição da situação de desempregado para a situação de empregado, pelo conhecimento prévio que os desempregados têm da duração do período de atribuição das prestações de desemprego.

Comparando dois grupos com características semelhantes face ao mercado de trabalho, em que um grupo não teve conhecimento de que o período de concessão das prestações foi aumentado, e ao outro grupo foi comunicado o alargamento desse período de atribuição, os autores verificaram que a transição de desempregado para empregado não registava diferenças significativas entre os 2 grupos, e que a transição para a condição de empregado verificada próxima do término das prestações era idêntica para os 2 grupos. Com base nestes resultados, os autores concluíram que a fixação de um período de prestações de desemprego tenderá a ter um efeito potenciador sobre os efeitos negativos da recepção de prestações de desemprego.

Pellizzari (2006), procurou estudar a duração do desemprego, através das interações verificadas entre as prestações de desemprego e outras prestações sociais. Atkinson e Micklewright (1991), já tinham abordado esta temática, ao realizarem a distinção entre “unemployment insurance” (trad. subsídio de desemprego) e “unemployment assistance” (vamos adotar para Portugal, como equivalente, o Rendimento Social de Inserção- RSI), equacionaram também a hipótese da duração do desemprego ser sensível ao fato do desempregado poder recorrer a outro tipo de prestação social, cuja atribuição não dependa das contribuições efetuadas enquanto trabalhador e cuja duração de atribuição não se encontra definida à partida.

No seu estudo, Pellizzari (2006), não coloca em causa a assunção de que a diminuição do período de atribuição de prestações de desemprego e a diminuição do valor da prestação provocam a diminuição do período de desemprego, como os estudos realizados até então comprovam esta tendência, mas questiona a razão pela qual, e apesar das reestruturações verificadas nos sistemas de proteção do desemprego nos países europeus na última década, a taxa de desemprego permanece tão elevada, bem como o aumento da duração do desemprego nestes países. Para este autor, os países europeus apresentam sistemas de segurança social complexos, em que o subsídio de desemprego é apenas um dos elementos do sistema que interage de diversas formas com os outros programas.

Nestes sistemas, muitos indivíduos desempregados recebem outro tipo de prestação social em simultâneo com o subsídio de desemprego. O autor agrupa em 5 categorias, excluindo as reformas por velhice, as prestações sociais promovidas pelos sistemas de segurança social: as prestações de desemprego, as prestações familiares, as prestações por deficiências ou incapacidades, as prestações domésticas e as prestações assistenciais (no caso português, poderá considerar-se o RSI). Ao investigar a forma como as interações entre subsídio de desemprego e outras prestações sociais afetam o comportamento de procura de emprego por parte do indivíduo desempregado, concluíram que estes reagem de forma diferenciada às mudanças nas regras do sistema de proteção no desemprego, dependendo dos programas compensatórios alternativos que estejam disponíveis. Os dados obtidos sugerem que a elasticidade da probabilidade de encontrar emprego é menor, no caso dos indivíduos que pertencem a agregados familiares que sejam beneficiários de outras prestações sociais, ou que percecionem ser fácil recorrer a outras prestações sociais após o término da prestação de desemprego.

Em Portugal, o sistema de protecção no desemprego, acompanhando a tendência de evolução nos restantes países europeus, foi alvo de 4 reformas: 1989,1999, 2006 e 2010 (Simões e Lopes, 2010). Em 1989, foi introduzido o conceito de subsídio parcial de desemprego, tendo-se verificado uma tendência constante até 2008, para uma baixa adesão ao trabalho em part-time, devido ao fato do imposto aplicado sobre os rendimentos, não ser compensatório face ao valor do subsídio de desemprego. Em 2003, são introduzidas alterações à lei do subsídio de desemprego fixada em 1999, as quais são depois adaptadas permanentemente em 2006 na nova legislação. Em 2008, quase 59,9% dos desempregados, recebiam prestações de desemprego, sendo que 40,9% recebiam subsídio de desemprego e 18,65 recebiam subsídio social de desemprego.

A elegibilidade face ao subsídio de desemprego e face ao subsídio social de desemprego depende do prazo de garantia de contribuições para a segurança social. Estas alterações foram implementadas em 2006¹, tendo-se assistido a partir de então a um aumento da cobertura das

¹ Decreto- Lei nº 220/2006 de 3 de Novembro. *Diário da República, 1.a série—N.o 212—3 de Novembro de 2006.*

situações de desemprego através do subsídio social de desemprego, contribuindo para o aumento do número de pessoas beneficiárias de proteção no desemprego.

As alterações à lei em 2006, reforçaram o papel de controlo das entidades intervenientes, nomeadamente, os Centros de Emprego que passaram a ter de controlar o registo dos movimentos de Procura Ativa de Emprego (PAE) por parte do desempregado e a restringir a possibilidade de rejeição das ofertas de emprego ou de formação profissional.

Apesar de um controlo mais estreito sobre as regras de atribuição e de manutenção das prestações de desemprego, as quais foram reforçadas em 2010 com as alterações à lei², e novamente alteradas na legislação de 2011³, a taxa de desemprego tem vindo sempre a aumentar na última década, assim como a duração do período de desemprego. Em simultâneo, tem-se assistido nos últimos anos a um aumento do número de beneficiários de Rendimento Social de Inserção. Seria interessante compreender se este aumento estará a contribuir para o aumento da duração do desemprego em Portugal, à semelhança do que é defendido por Pellizzari, (2006).

Tendo por base o modelo neoclássico e a teoria “Job search”, Borjas (2010), refere que a variável salário de equilíbrio, constitui o indicador do desemprego conjuntural. Estes economistas advogam que a rigidez do valor dos salários, nomeadamente a existência de um salário mínimo impede o mercado de se autorregular. De acordo com esta suposição, a diminuição do desemprego conjuntural pressupõe um conjunto de medidas políticas que estimulem a procura agregada e o restabelecimento do salário de equilíbrio (Borjas, 2010). Tendo por base esta teoria, o autor, apresenta uma descrição das dinâmicas ocorridas nos fluxos de mão-de-obra, recorrendo à análise da curva de distribuição do salário oferecido e do salário de reserva para explicar o comportamento do indivíduo ao nível da aceitação de um determinado salário. De acordo com este conceito, se o salário de mercado for inferior ao salário de reserva, o indivíduo opta por não trabalhar. Por outro lado, se o salário de mercado for superior ao salário de reserva, o indivíduo opta por trabalhar. A partir desta dinâmica

² Decreto- Lei nº 72/2010 de 18 de Junho. *Diário da República 1.ª série — N.º 117 — 18 de Junho de 2010.*

³ Decreto- Lei nº 64/2012 de 15 de Março. *Diário da República 1.ª série — N.º 54 — 15 de Março de 2012*

poderá inferir-se que a duração do desemprego será tanto maior quanto maior fôr o valor do salário de reserva.

Em contraposição à abordagem neoclássica, Keynes (1967) defende que o desemprego é uma realidade permanentemente existente, i.e., “The outstanding faults of the economic society in which we live are its failure to provide for full employment and its arbitrary and inequitable distribution of wealth and incomes.” (Keynes, 1967: 372). Na perspectiva Keynesiana, o desemprego é involuntário, o qual é consequência direta da procura reduzida e insuficiente de bens de consumo, característica dos períodos de desaceleração económica, ao que se junta uma estagnação salarial. O desemprego é assim de natureza conjuntural ou cíclico, o qual ocorre habitualmente nos períodos de recessão económica, provocando um desequilíbrio no mercado de trabalho, com excesso do lado da oferta e uma incapacidade por parte da procura para absorver o número de trabalhadores disponíveis que procuram trabalho.

Do seu lado, os teóricos da segmentação explicam o desemprego a partir do comportamento das empresas. É no seio das empresas que se segmenta o mercado de trabalho através de políticas de recursos humanos, o que contribui para um dualismo de mercado, com a presença de um segmento primário e de um segmento secundário (Piore, 1980, citado por Rodrigues, 1987). No segmento primário, no qual o mercado é mais propício à qualidade do emprego, à estabilização e formação dos trabalhadores, em geral são oferecidas boas condições de trabalho e possibilidades de desenvolvimento de carreira. No segmento secundário, as possibilidades de qualidade no emprego são menores, com salários mais baixos, menores condições de trabalho, proporcionando uma maior mobilidade externa.

De acordo com esta abordagem, as políticas de desenvolvimento de recursos humanos praticadas pelas empresas podem tornar determinados segmentos da população ativa mais predispostos a uma situação de desemprego. A idade, o sexo e o tipo de contrato de trabalho são variáveis que a empresa utiliza na gestão dos seus recursos humanos. A literatura sobre a mobilidade no mercado de trabalho e o comportamento de procura de emprego aponta para diferenças entre homens e mulheres. Theodossiou e Zangelidis (2009) estudaram o comportamento de homens e mulheres, relativamente à mobilidade entre estados de emprego para emprego e de emprego para não-emprego em 5 países europeus (Reino Unido, Finlândia, Alemanha, Grécia e Espanha), no período compreendido entre 1994 e 2001. Os grupos estudados foram ainda separados por diferentes níveis de escolaridade. Os resultados apontam para o fato dos homens evidenciarem uma maior mobilidade entre estados de emprego do que

as mulheres, as quais apresentam uma maior incidência de transições entre emprego - não emprego do que os homens. Quanto ao nível de escolaridade, as mulheres, com menor nível de escolaridade tendem a evidenciar uma menor probabilidade de transitar entre empregos relativamente às mulheres com maior nível de escolaridade ou relativamente aos homens, independentemente do seu nível de escolaridade. Apesar destes países apresentarem diferentes estruturas do mercado de trabalho, os resultados obtidos são semelhantes entre si.

Blanchard e Katz (1997), defendem que os contratos a termo diminuem os custos do despedimento e induzem restrições salariais, na medida em que reduzem o poder negocial dos trabalhadores com emprego, e podem aumentar a eficiência do *matching*. No entanto, advertem para a possibilidade de os contratos a termo aumentarem a rotação de trabalhadores e diminuírem a acumulação de capital humano específico, o que pode levar a um aumento da taxa de desemprego. O efeito líquido sobre a taxa de desemprego parece assim não ser completamente claro.

Varejão e Portugal, (2003), consideram que os contratos a termo certo, podem desempenhar um papel de triagem de bons trabalhadores, relativamente aos quais a entidade tome a decisão de converter o seu contrato de forma permanente. Os resultados que obtiveram, apontam ainda para o fato de não ser possível concluir em definitivo que os contratos a termo certo em Portugal, promovem a segmentação do mercado de trabalho, uma vez que a formação e qualificação proporcionada pela empresa ao trabalhador, durante a vigência do contrato a termo, poderá ser um indicador da intenção de converter o mesmo num contrato permanente.

Na mesma linha teórica, a Teoria da Regulação salienta o papel do comportamento da economia, ao considerar que a resolução do problema do desemprego passa pelo ajustamento da legislação do trabalho, a qual deverá acompanhar as necessidades de crescimento da economia, principalmente em momentos em que o crescimento do PIB apresenta valores muito baixos e em que é necessário relançar o investimento de forma a aumentar o nível de procura agregada. Tal como os keynesianos, para os teóricos da regulação, a intervenção do Estado é fundamental para relançar a economia, através da aplicação de políticas orçamentais e de política monetária, as quais promovam o crescimento do PIB, e não reconhecem na flexibilização do mercado de trabalho, a solução para o problema do desemprego.

Em Portugal, Centeno *et al.* (2009), analisam a interdependência entre diminuição do PIB e aumento do desemprego.

Por outro lado, Cahuc e Postel-Vinay (2002), procuraram então, estudar o impacto criado pela flexibilização dos contratos de trabalho, na criação e destruição de emprego. De acordo com os autores, a literatura sobre esta relação não é conclusiva, pois existem estudos que demonstram que a existência de uma legislação de proteção ao emprego mais restritiva, reduz os fluxos no mercado de trabalho e não aumenta a transição da situação de desempregado para uma situação de empregado (Bentolia e Bertola, 1990; Bentolia e Saint-Paul, 1992; Garbaldi, 1998, Millard e Mortensen, 1997; Mortensen e Pissarides, 1994; citado por Cahuc e Postel-Vinay, 2002).

Por outro lado, o impacto dos contratos a termo certo sobre o desemprego também não parece ser conclusivo, pois de acordo com os mesmos autores, alguns estudos demonstram que o aumento dos contratos temporários aumenta a transição do fluxo de desemprego para o emprego, uma vez que os trabalhadores que tinham contratos permanentes antes da situação de desemprego, tendem a apresentar períodos de desemprego mais longos. (Goux e Maurin, 2000; Güell, 2000; citado por Cahuc e Postel-Vinay, 2002). De acordo com os autores, existem ainda evidências empíricas de que a introdução de contratos a termo certo no mercado de trabalho tende a diminuir os custos de despedimento e assim promover a destruição de emprego (Bentolia & Saint-Paul, 1992, citado por Cahuc e Postel-Vinay, 2002) provocando alguma ambiguidade na relação entre a existência de contratos a termo certo e a criação de emprego e destruição de emprego. Estes autores defendem assim, que a ambiguidade causada pela existência em simultâneo de uma legislação restritiva ao despedimento e os contratos a termo ou temporários não é eficaz no combate ao desemprego, pois quanto maior for o custo do despedimento, menor será o *ratio* de contratos a termo ou temporários convertidos em contratos permanentes, aumentando também a rotatividade dos trabalhadores com perdas de capital humano.

Um outro modelo teórico, relativo às dinâmicas ocorridas no mercado de trabalho, centra-se nas modernas teorias sobre Inovação e Tecnologia, cujo fundador foi Schumpeter (1934) citado por Pianta (2004). Schumpeter introduziu o conceito de inovação, explicitando a diferença entre o conceito de inovação de produto- “ *a introdução de novos produtos ou de*

uma nova qualidade de um produto” - e a inovação de processo- “a introdução de um novo processo de produção ou um novo modo de fazer comércio.” .

As modernas teorias sobre Inovação e Tecnologia, abordam a questão do impacto da inovação e da tecnologia no emprego, sob duas perspectivas: a perspectiva da teoria do crescimento, na qual a inovação é vista como uma variável endógena, que explica o mercado de trabalho; a perspectiva da economia do trabalho, na qual as mudanças no emprego (nos salários), são explicadas não só através dos fatores macroeconómicos, como os custos dos salários, a negociação e a flexibilidade do mercado de trabalho, mas também através dos fatores de inovação tecnológica e de aumento da competitividade (Pianta, 2004).

Os Neo-Schumpeterianos argumentam que nas economias desenvolvidas se assiste à emergência de um novo paradigma tecnológico-económico, baseado nas tecnologias de informação e comunicação, o qual promove em simultâneo a destruição e a criação de empregos. A quantidade destas duas ocorrências depende do conteúdo da inovação tecnológica e da velocidade com que a mesma é adotada pela organização e com as mudanças organizacionais que a adoção de novos processos tecnológicos poderá implicar. A velocidade de ajustamento da organização torna-se crucial e traduz a diferença entre o chamado desemprego friccional e o desemprego estrutural, fato a que não será alheia a necessidade do reajustamento das qualificações por parte dos indivíduos empregados e desempregados. De uma forma global, esta forma de desemprego ocorre quando existe um desencontro entre as competências dos trabalhadores e as competências exigidas pelas empresas.

A evolução tecnológica e os processos de inovação produtiva têm contribuído para o crescimento de determinados setores de atividade e o declínio de outros setores. Os trabalhadores desempregados provenientes de setores de atividade em declínio apresentam défices de qualificações que condicionam a integração nos setores de atividade em desenvolvimento. Neste tipo de desemprego, o problema central são o défice de qualificações e a existência de competências desajustadas.

O mercado de trabalho apresenta portanto, um défice de capital humano, cuja intervenção governamental deve passar pela implementação de programas de treino e de formação profissional, que promovam a aquisição de competências exigidas pelo mercado de trabalho.

O novo paradigma tecnológico tem suscitado o interesse dos investigadores, uma vez que coloca desafios a curto, médio e longo prazo. Relativamente à influência da idade e do nível

de escolaridade na duração do desemprego, Biagi e Lucifora (2008) estudaram os efeitos das mudanças demográficas e educacionais nas taxas de desemprego em vários países europeus. Os resultados apontam para o fato dos choques demográficos e educacionais serem qualitativamente diferentes para os trabalhadores jovens e adultos e para os trabalhadores mais e menos qualificados. Enquanto os indivíduos adultos e com maior nível de escolaridade, experienciam em geral, menores taxas de desemprego, as mudanças na estrutura etária da população parecem estar relacionadas positivamente com as taxas de desemprego dos trabalhadores jovens. De forma recíproca, mudanças na estrutura de qualificações da população reduz o desemprego dos mais qualificados.

Por outras palavras, estes autores, ao analisarem os efeitos agregados entre a evolução da estrutura etária da população e a evolução das qualificações dos vários níveis etários, procuraram ver de acordo com o modelo da oferta e da procura, (partindo do princípio de que todas as variáveis se manteriam constantes), se um choque demográfico negativo, diminuindo a população jovem no global da população, deveria aumentar as oportunidades de emprego para os jovens, enquanto o choque educacional positivo, diminuiria as oportunidades dos indivíduos com maior nível de qualificação.

A maior dificuldade que um indivíduo com qualificações muito elevadas, ao nível do mestrado ou doutoramento, poderá sentir ao nível da inserção ou reinserção no mercado de trabalho, experienciando por isso, períodos de maior duração de desemprego, foi também constatado no estudo realizado por Kettunen (1997), em virtude de ser mais difícil para estes indivíduos, a aceitação de uma oferta abaixo do salário de reserva.

Esta última assunção poderia trazer dúvidas sobre o retorno de investimento em educação, as quais, no caso português são refutadas por Portugal (2004), que, no ensaio realizado, apurou que o benefício monetário esperado da obtenção de uma licenciatura é elevado, fazendo corresponder a um custo de investimento de cerca de 25 000 euros, um valor acumulado de ganhos salariais de aproximadamente 200 000 euros.

Por outro lado, Bertola *et al.* (2002), referiam a existência de interação entre choques económicos e demográficos e as instituições do mercado de trabalho, e que essas interações afetam mais a composição do emprego e a incidência do desemprego na população mais velha

do que noutro nível etário, em virtude da mudança tecnológica exigir um outro tipo de competências, que a evolução educacional tem procurado acompanhar.

Quanto ao efeito direto do nível de escolaridade sobre a duração do desemprego, ele tem sido largamente estudado pelos economistas ao longo das últimas décadas. Furia *et al.* (2010), referem a existência de três linhas de investigação sobre a relação entre nível de escolaridade e o mercado de trabalho. Uma dessas linhas de investigação procura estudar a relação entre o nível de escolaridade e oportunidades de emprego. O modelo apresentado nesta linha de investigação por McKenna (1996) citado por Furia *et al.* (2010), sugere que o aumento do nível de escolaridade aumenta as probabilidades de emprego, uma vez que os trabalhadores mais qualificados, são competentes num largo espetro de funções enquanto os trabalhadores menos qualificados são competentes num espetro mais reduzido de funções.

De acordo com Furia *et al.* (2010), existem evidências empíricas que indicam que indivíduos com um nível elevado de qualificações enfrentam um risco menor de desemprego. De acordo com os autores, por um lado, um nível mais elevado de escolaridade reduz a incidência e duração do desemprego; por outro lado, o desemprego aumenta a procura da escolarização, reforçando a importância que é dada à qualificação enquanto variável facilitadora da reinserção no mercado de trabalho. No estudo realizado, estes autores ao estudarem a capacidade de resposta dos sistemas educativos dos 27 países da UE às exigências do mercado de trabalho, identificaram cinco clusters de países que apresentam diferentes resultados. A heterogeneidade de ajustamento verificada entre sistemas de ensino e exigências do mercado de trabalho, evidenciam a natureza estrutural do fenómeno do desemprego na Europa, nomeadamente no cluster que é composto por Portugal, Grécia, Itália e Chipre.

A questão da adequabilidade dos sistemas de ensino às exigências do mercado de trabalho, nomeadamente no caso dos jovens, constitui um tema de investigação atual devido ao aumento da incidência e duração do desemprego entre os jovens verificado na última década. No estudo realizado por Isengard (2003), foram comparados os fatores de risco individuais e os determinantes institucionais que influenciam o desemprego entre os jovens até aos 25 anos da Alemanha e do Reino Unido. O autor escolheu estes dois países para comparar, em virtude dos mesmos apresentarem taxas de desemprego entre os jovens muito diferentes, já que contrariando a tendência dos restantes países europeus, a Alemanha apresentava na altura uma

baixa taxa de desemprego entre os jovens até aos 25 anos. Na opinião deste autor, as diferenças registadas relativamente ao desemprego entre os jovens, resultam da organização específica dos sistemas de ensino, do mercado de trabalho e dos sistemas de segurança social.

No ano 2000, a taxa de desemprego entre os jovens na Alemanha, não ia além dos 8,5%, enquanto no Reino Unido era de 12,1%. Outra diferença entre os países é que na Alemanha, não existiam diferenças significativas para a taxa de desemprego dos trabalhadores com mais de 25 anos, situando-se esta nos 7,9%. No entanto, no Reino Unido, a taxa de desemprego dos trabalhadores com mais de 25 anos, situava-se nos 4,5%.

Relativamente ao sistema de ensino, Isengard (2003), considera-o responsável pela baixa taxa de desemprego na Alemanha entre os jovens até aos 25 anos, uma vez que existe uma forte ligação entre o sistema de ensino e o mercado de trabalho, através de um ensino fortemente vocacional e profissional de dupla certificação, que permite aos jovens estarem incluídos no mercado de trabalho durante o período de treino profissional.

No Reino Unido, o sistema de ensino profissional encontra-se descentralizado e na maior parte dos casos é da responsabilidade de entidades privadas, o que não permite de acordo com o autor, uma coordenação efetiva por parte do Estado de forma a criar uma rede funcional de formação e treino profissional, como na Alemanha. Neste estudo, foi ainda possível verificar que no caso da Alemanha, as mulheres jovens apresentam não só uma maior incidência de desemprego mas também uma maior duração do período de desemprego. A duração do desemprego, no caso dos jovens alemães diminui à medida que aumenta o nível de qualificação, ao contrário do que Kettunen (1997), verificou no caso da Finlândia.

Relativamente à distinção entre desemprego conjuntural e desemprego estrutural, Rodrigues (1987) afirma que o desemprego estrutural será aquele que já não pode ser corrigido por um aumento da procura global, porque resulta de desajustamentos entre a procura e oferta de emprego ao nível das qualificações, setores ou regiões. A evolução do desemprego em Portugal, nos últimos 30 anos traduz, a existência de um défice de capital humano (Rodrigues, 1987; Carneiro, 2005; Centeno *et al.*, 2009). A actual situação económica vivida em Portugal, parece potenciar assim, os efeitos provocados pelo desemprego estrutural, tal como será descrito posteriormente.

I.2. Desemprego- a heterogeneidade do fenómeno

A análise retrospectiva realizada no capítulo anterior, relativa às teorias económicas sobre o funcionamento do mercado de trabalho, permitiu verificar que apesar das mesmas valorizarem diferentes variáveis, é possível encontrar uma ideia comum: a existência de constantes fluxos no mercado de trabalho. A caracterização destes fluxos e a forma como os mesmos evoluem, permitiu caracterizar o desemprego em 4 tipos fundamentais (Borjas, 2010). O desemprego *friccional*; o desemprego *sazonal*; o desemprego *conjuntural*; o desemprego *estrutural*.

O fenómeno do desemprego parece assim, não acontecer sempre como resultado das mesmas variáveis no mercado de trabalho. Parece sim, tratar-se de um fenómeno heterogéneo, influenciado por comportamentos individuais, comportamentos das empresas, comportamentos da economia.

Assumindo o desemprego como fenómeno heterogéneo, a análise das teorias económicas que tentam explicar o funcionamento do mercado de trabalho em geral, a caracterização e evolução da economia portuguesa e a constatação dos dados estatísticos relativos ao desemprego na UE e em Portugal, nos últimos 10 anos, constituem o ponto de partida para a realização do presente estudo. A reflexão sobre os aspetos aqui referidos permitem equacionar a hipótese de que existem variáveis que caracterizam e condicionam a duração do desemprego, tanto do lado da oferta, como do lado da procura no mercado de trabalho.

Nos últimos anos, surgiu uma linha de investigação sobre o fenómeno do desemprego, a qual, tomando como referência as teorias económicas que explicam o funcionamento do mercado de trabalho, procurou estudar a relação entre a duração do desemprego e características como o género, a idade, o nível de escolaridade, as prestações de desemprego, os apoios sociais e o tipo de contrato de trabalho anteriores ao desemprego. Tal como foi referido anteriormente, a forma como as teorias económicas explicam a ocorrência do fenómeno do desemprego, sugere a existência de diferentes origens para as variáveis caracterizadoras do desemprego.

Tendo por base a revisão de literatura realizada no ponto anterior, sugere-se uma categorização composta por 4 tipos de origem das variáveis caracterizadoras do desemprego: Comportamento individual; Comportamento da Economia; Comportamento das Empresas; Evolução tecnológica/exigência de novas qualificações.

O quadro que se segue sistematiza o enquadramento teórico realizado anteriormente, evidenciando a relação entre teoria económica, origem das variáveis caracterizadoras do desemprego, variáveis caraterizadoras do desemprego e os estudos empíricos associados.

Quadro 1.1. *Quadro síntese do enquadramento teórico*

Teoria Económica	Origem das variáveis caracterizadoras do desemprego	Variáveis caraterizadoras do desemprego	Estudo empírico (autor)	Principais conclusões
Neoclássica	Comportamento individual	Procura ativa de emprego	Atkinson, A. e Micklewright, J. (1991)	. Quanto mais restritivas forem as regras de aplicação das prestações de desemprego, relativamente aos movimentos de procura ativa de emprego, `recusa de ofertas e à aceitação de mobilidade, menos será o tempo de duração do desemprego.
Job Search	Comportamento individual	Prestações de desemprego	Atkinson, A. e Micklewright, J. (1991) Centeno, M. e Novo A. (2006) Kettunen, J. (1996) Bratberg, E. E Vaage, K. (2000) Pellizzari, M. (2006)	. Correlação positiva entre receção de prestações de desemprego e duração do desemprego . Correlação positiva entre valor das prestações e a duração do desemprego . As prestações reduzem o trabalho precário . Importância do controlo administrativo da aplicação das prestações de desemprego .As prestações reduzem o trabalho precário e aumentam a qualidade do ajustamento .O controlo apertado sobre a administração das prestações de desemprego diminui os efeitos desincentivadores provocados pelas prestações de desemprego .O conhecimento prévio da duração do período de desemprego, aumenta a duração do desemprego .A elasticidade da probabilidade de encontrar emprego é menor, no caso dos indivíduos que pertencem a agregados familiares que sejam beneficiários de outras prestações sociais, ou que percepcionem ser fácil recorrer a outras prestações sociais após o término da prestação de desemprego
Segmentação do mercado de trabalho	Comportamento das empresas	Sexo Tipo de contrato de trabalho	Theodossiu, I. e Zangelidis, A. (2009) Blanchard e Katz (1997) Varejão e Portugal	.Homens apresentam maior mobilidade entre estados de emprego do que as mulheres .Os contratos a termo diminuem os custos do despedimento, pelo que podem aumentar a taxa de desemprego 18 .Os contratos a termo certo podem permitir a triagem dos bons trabalhadores para conversão em contrato

			(2003)	permanente.
Keynesiana	Comportamento da economia	Política orçamental e política monetária	Centeno, M. Maria, J.R. e Novo 82009)	. A desaceleração do PIB é acompanhada por uma subida do desemprego em Portugal
Regulação	Comportamento da Economia	Tipo de contrato de trabalho	Cahuc e Postel Vinay (2002)	. A ambiguidade causada pela existência em simultâneo de uma legislação restritiva ao despedimento e os contratos a termo ou temporários, não é eficaz no combate ao desemprego. . O custo do despedimento é maior e o nº de contratos a termo convertidos em contratos permanentes é menor
Schumpeter-Teoria da Inovação e Desenvolvimento	Evolução tecnológica/exigência de novas qualificações	Nível de escolaridade	McKenna (1996) Furia et al (2010) Isengard, B. (2003) Kettunen, J. (1997) Portugal, P. (2004) Biagi, F. e Lucifora, C. (2008)	. O aumento do nível de escolaridade aumenta as probabilidades de emprego . Indivíduos com um nível elevado de qualificações enfrentam um risco menor de desemprego . A organização específica dos sistemas de ensino, do mercado de trabalho e dos sistemas de segurança social são importantes . Qualificações muito elevadas podem levar a períodos de maior duração do desemprego, porque não aceitam ofertas abaixo do salário de reserva . O retorno do investimento em educação é positivo . Os choques demográficos e educacionais são qualitativamente diferentes para os trabalhadores jovens e para os trabalhadores menos qualificados

I.3. Caracterização do desemprego na Europa e em Portugal entre 2000 e 2010

I.3.1- Caracterização do desemprego na Europa entre 2000 e 2010

No início do ano 2000, existiam menos de 20 milhões de pessoas desempregadas na Europa dos 27 (EU-27), ligeiramente abaixo dos 9% da população ativa. Esta percentagem decresceu ligeiramente no início de 2001 para 8.5%, tendo voltado a subir em meados de 2002 (8.5%), mantendo-se estável até meados de 2005. Seguiu-se depois um período de vários anos de declínio da taxa de desemprego, até ao 1º trimestre de 2008 que se fixou em 6,7%, antes do início da crise económica e financeira.

Relativamente à taxa de desemprego nos países da zona euro (EA-16), a tendência de evolução do desemprego desde o ano 2000 foi semelhante à verificada no conjunto da EU-27 (Quadro 1.2.). Contudo, no período compreendido entre 2000 e meados de 2004, a taxa de desemprego na EU-16, foi menor que a registada na EU-27 (http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/).

Quadro 1.2. Taxa de desemprego na Europa no período 2000-2011

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
EU-27	8.7	8.5	8.9	9.0	9.1	9.0	8.2	7.2	7.1	9.0	9.6
Euro area	8.5	8.1	8.4	8.8	9.0	9.1	8.5	7.6	7.6	9.6	10.1
Belgium	6.9	6.6	7.5	8.2	8.4	8.5	8.3	7.5	7.0	7.9	8.3
Bulgaria	16.4	19.5	18.2	13.7	12.1	10.1	9.0	6.9	5.6	6.8	10.2
Czech Republic	8.7	8.0	7.3	7.8	8.3	7.9	7.2	5.3	4.4	6.7	7.3
Denmark	4.3	4.5	4.6	5.4	5.5	4.8	3.9	3.8	3.3	6.0	7.4
Germany	7.5	7.6	8.4	9.3	9.8	11.2	10.3	8.7	7.5	7.8	7.1
Estonia	13.6	12.6	10.3	10.0	9.7	7.9	5.9	4.7	5.5	13.8	16.9
Ireland	4.2	3.9	4.5	4.6	4.5	4.4	4.5	4.6	6.3	11.9	13.7
Greece	11.2	10.7	10.3	9.7	10.5	9.9	8.9	8.3	7.7	9.5	12.6
Spain	11.1	10.3	11.1	11.1	10.6	9.2	8.5	8.3	11.3	18.0	20.1
France	9.0	8.3	8.6	9.0	9.3	9.3	9.2	8.4	7.8	9.5	9.7
Italy	10.1	9.1	8.6	8.4	8.0	7.7	6.8	6.1	6.7	7.8	8.4
Cyprus	4.9	3.8	3.6	4.1	4.7	5.3	4.6	4.0	3.6	5.3	6.5
Latvia	13.7	12.9	12.2	10.5	10.4	8.9	6.8	6.0	7.5	17.1	18.7
Lithuania	16.4	16.5	13.5	12.5	11.4	8.3	5.6	4.3	5.8	13.7	17.8
Luxembourg	2.2	1.9	2.6	3.8	5.0	4.6	4.6	4.2	4.9	5.1	4.5
Hungary	6.4	5.7	5.8	5.9	6.1	7.2	7.5	7.4	7.8	10.0	11.2
Malta	6.7	7.6	7.5	7.6	7.4	7.2	7.1	6.4	5.9	7.0	6.8
Netherlands	3.1	2.5	3.1	4.2	5.1	5.3	4.4	3.6	3.1	3.7	4.5
Austria	3.6	3.6	4.2	4.3	4.9	5.2	4.8	4.4	3.8	4.8	4.4
Poland	16.1	18.3	20.0	19.7	19.0	17.8	13.9	9.6	7.1	8.2	9.6
Portugal	4.0	4.1	5.1	6.4	6.7	7.7	7.8	8.1	7.7	9.6	11.0
Romania	7.3	6.8	8.6	7.0	8.1	7.2	7.3	6.4	5.8	6.9	7.3
Slovenia	6.7	6.2	6.3	6.7	6.3	6.5	6.0	4.9	4.4	5.9	7.3
Slovakia	18.8	19.3	18.7	17.6	18.2	16.3	13.4	11.1	9.5	12.0	14.4
Finland	9.8	9.1	9.1	9.0	8.8	8.4	7.7	6.9	6.4	8.2	8.4
Sweden (1)	5.6	5.8	6.0	6.6	7.4	7.7	7.1	6.1	6.2	8.3	8.4
United Kingdom	5.4	5.0	5.1	5.0	4.7	4.8	5.4	5.3	5.6	7.6	7.8
Croatia	.	.	14.8	14.2	13.7	12.7	11.2	9.6	8.4	9.1	11.8
Turkey	9.2	8.7	8.8	9.7	12.5	10.7
Norway	3.2	3.4	3.7	4.2	4.3	4.5	3.4	2.5	2.5	3.1	3.5
Japan	4.7	5.0	5.4	5.3	4.7	4.4	4.1	3.9	4.0	5.1	5.1
United States	4.0	4.8	5.8	6.0	5.5	5.1	4.6	4.6	5.8	9.3	9.6

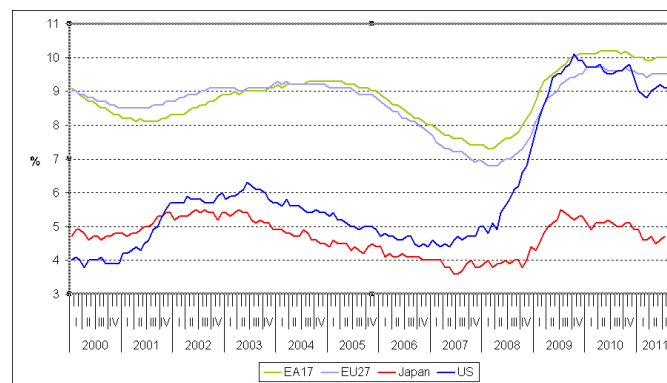
(1) Break in series, 2001.
Source: Eurostat (une_rt_a)

Fonte: Eurostat

Se compararmos a evolução do desemprego na EU-27 com a evolução do desemprego registada nos Estados Unidos e no Japão (Figura 1.1), verifica-se que a taxa de desemprego registada na Europa entre 2000 e 2008 foi sempre superior à registada nos Estados Unidos. Em 2000, a taxa de desemprego nos Estados Unidos rondava os 4%, enquanto na EU-27 o

valor subia para 9%. Com o início da crise, o desemprego começou a aumentar a um ritmo mais acelerado nos Estados Unidos, que na EU-27, o que se traduziu numa taxa de desemprego semelhante nas duas regiões em meados de 2009 (cerca de 9,5%) cujo valor nos Estados Unidos foi o mais alto registado nos últimos 30 anos (Borjas, 2010), sendo que na EU-27 existiam cerca de 21.5 milhões de desempregados e na EU-16 existiam 15.0 milhões de desempregados. Uma análise dos dados mais recentes relativamente ao desemprego, demonstram uma evolução positiva no caso dos Estados Unidos, com uma diminuição da taxa de desemprego no primeiro trimestre de 2010, enquanto em igual período, o desemprego na EU-27 continuou a aumentar embora a um ritmo mais lento que em 2009. Quanto ao Japão, a taxa de desemprego é praticamente sempre inferior à dos restantes países no período em análise.

Figura 1.1. *Comparação da Taxa de desemprego entre Europa, EUA e Japão*



Fonte: Eurostat

Considerando a Europa como um todo, o aumento do desemprego iniciado em Março de 2008, não teve desenvolvimentos iguais entre os diversos países, não existindo um padrão comum de evolução. A estrutura e a regulação do mercado de trabalho é diferente entre países, pelo que a crise tem impactos diferenciados entre países.

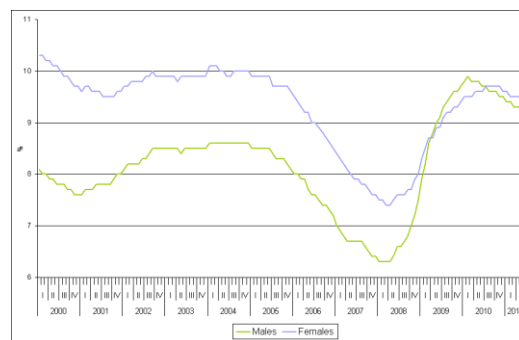
A Espanha e a Itália foram os primeiros países onde o desemprego começou a aumentar no início de 2007. A Irlanda, o Luxemburgo, a Letónia e a Lituânia seguiram a tendência de subida no final de 2007. Em França, a taxa de desemprego aumentou desde Fevereiro de 2008. Todos os outros membros registaram o início do aumento da taxa de desemprego mais tarde que a EU-27 e que a EU-16. Face a este comportamento de subida, podem ser distinguidos 2 grupos: o primeiro é constituído pela Estónia, Finlândia, Reino Unido, Bélgica, Grécia, Portugal, Roménia, Dinamarca, Austria e Suécia. Neste grupo, a taxa de desemprego

começou a subir no segundo trimestre de 2008. Nos restantes países, que compõem o segundo grupo, a taxa de desemprego começou a subir no 2º semestre de 2008. Na Bulgária, na Alemanha e na Holanda, as taxas de desemprego subiram apenas em novembro de 2008, ano e meio depois da subida na Espanha e na Itália. Não é só o mês de início da subida da taxa de desemprego que varia entre países.

A intensidade da subida mensal da taxa de desemprego, também varia entre os países europeus. Enquanto o aumento mensal na maioria dos países estados-membros se situou nos 0,1%- 0,2%, na Espanha e nos países bálticos os aumentos mensais da taxa de desemprego foram mais significativos, com a Estónia a chegar ao 1%, a Lituânia e a Letónia a chegarem aos 0,6%.

Historicamente, as mulheres têm sido mais vulneráveis ao desemprego do que os homens. Em 2000, a taxa de desemprego das mulheres na EU-27 era de 10%, enquanto para os homens rondava os 8% (Figura 1.2.). No final de 2002, a diferença estreitou para 1,3% e entre 2002 e 2007, a diferença manteve-se constante. No entanto, em 2008, com a crise económica e financeira a reflectir-se em setores como a construção, o setor financeiro e a indústria automóvel, a percentagem de homens desempregados aumentou, dando origem a uma convergência entre as taxas de desemprego dos homens e das mulheres, no 1º trimestre de 2009 e depois a uma maior taxa de desemprego entre os homens, a partir do 2º trimestre de 2009 (http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/), ao contrario do que se verificava em Portugal no mesmo período, como veremos mais à frente.

Figura 1.2. Taxa de desemprego na Europa por Género



Fonte: Eurostat

Quanto aos jovens, as taxas de desemprego verificadas, são geralmente mais elevadas que as taxas para o resto da população. Isto não quer dizer que o grupo de pessoas desempregadas

com idade entre 15 e 24 anos seja maior, porque muitos jovens estudam e não fazem parte da população ativa. Na última década a taxa de desemprego entre os jovens na EU-27 foi 2 vezes mais elevada que a taxa para a população total. A taxa de desemprego entre os jovens na EU-27 foi sempre mais elevada que a verificada na EU-16 entre 2000 e 2008 (Quadro 1.3). A partir de 2008, as duas taxas registaram valores idênticos.

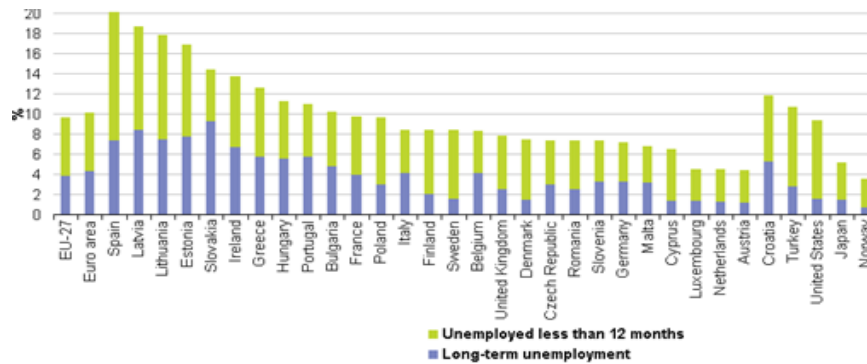
A taxa de desemprego registada nos países da EU-27, foi de 9,6% em 2010. Comparativamente à taxa em 2009, a taxa de desemprego subiu 0,6%. Este aumento verificado entre 2009 e 2010 devido à crise económica foi inferior ao registado entre 2008 e 2009, período em que a taxa de desemprego aumentou 1,9%. O impacto da crise económica no desemprego no período compreendido entre 2008 e 2010 anulou completamente a redução na taxa de desemprego verificada no período compreendido entre 2004 e 2008.

A taxa de desemprego entre 2009 e 2010, subiu em 27 membros da união europeia, com exceção da Alemanha, de Malta, do Luxemburgo e da Áustria. A maior descida foi registada na Alemanha, onde a taxa de desemprego diminuiu 0,7%. A Bélgica, França, Roménia, Filândia, Suécia e Reino Unido também tiveram um bom desempenho, evidenciando um aumento ligeiro (abaixo dos 0,5%) entre 2009 e 2010.

Por outro lado, a Estónia e a Lituânia estiveram entre os países com maiores subidas da taxa de desemprego, no 2º semestre de 2010. Foram registadas também subidas significativas na Grécia, Espanha e Eslováquia.. A Espanha manteve-se o país com a taxa de desemprego mais elevada em 2010- 20,1%. A dispersão do desemprego entre os EU-27 continuou a aumentar em 2010.

O desemprego de longa duração é uma das maiores preocupações dos decisores políticos. Para além dos efeitos financeiros e físicos na vida pessoal, o desemprego de longa duração tem consequências negativas na coesão social e no crescimento económico. No total, 3,8% da população ativa na EU-27 em 2010, esteve desempregada mais de um ano (Figura 1.3). Desta percentagem, quase metade dos indivíduos (1,8% da população ativa) esteve desempregada mais de dois anos.

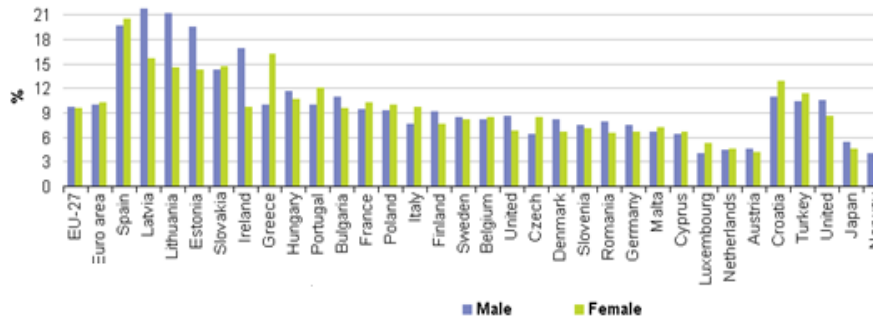
Figura 1.3. Taxa de desemprego de Longa Duração na Europa em 2009



Fonte: Eurostat

Em 2010 manteve-se a superioridade da taxa de desemprego entre os homens relativamente à taxa de desemprego entre as mulheres, situação que ocorreu pela primeira vez em 2009. Em 2010 a taxa de desemprego dos homens foi superior à taxa de desemprego das mulheres em 14 dos 27 países da EU-27 (Figura 1.4). Na EU-16, a taxa de desemprego das mulheres manteve-se mais elevada que a dos homens.

Figura 1.4. Taxa de desemprego na Europa por Género em 2010



Fonte: Eurostat

A taxa de desemprego entre os jovens na EU-27 era superior ao dobro da taxa de desemprego total em 2010 (Figura 1.4). Cerca de 20,9% dos jovens ativos, estava desempregado, mas disponível e a realizar procura ativa de emprego. Na EU-16, a taxa de desemprego era ligeiramente abaixo dos 20,7%. A taxa de desemprego entre os jovens foi mais elevada do que a registada entre os indivíduos com idades dos 25 aos 74 anos, em todos os estados-membro. Espanha registou 41,6%, a Lituânia registou 35,1% e a Letónia 34,5%. A Holanda (8,7%), a Áustria (8,7%) e a Alemanha (9,9%) foram os únicos estados-membro a apresentar taxas de desemprego abaixo dos 10% entre os jovens.

Quadro 1.3. Taxa de desemprego dos Jovens na Europa

	Youth unemployment rate				Youth unemployment ratio		
	2008	2009	2010	2011Q2 ^a	2008	2009	2010
EU-27	15.8	20.1	21.1	21.0	6.9	8.7	9.0
Euro area	16.0	20.2	20.9	20.5	6.9	8.7	8.7
Belgium	18.0	21.9	22.4	18.3	6.0	7.1	7.3
Bulgaria	12.7	16.2	23.2	27.0	3.8	4.8	6.7
Czech Republic	9.9	16.6	18.3	18.7	3.1	5.3	5.7
Denmark	7.6	11.2	13.8	14.0	5.5	8.0	9.3
Germany	10.6	11.2	9.9	8.9	5.5	5.8	5.1
Estonia	12.0	27.5	32.9	21.8	5.0	11.0	12.6
Ireland	13.3	24.4	27.8	29.8	6.7	11.3	11.6
Greece	22.1	25.8	32.9	42.9	6.7	8.0	10.0
Spain	24.6	37.8	41.6	45.0	11.7	17.1	17.8
France	19.3	23.9	23.7	23.3	7.2	9.2	8.9
Italy	21.3	25.4	27.8	27.7	6.6	7.4	7.9
Cyprus	8.8	14.0	17.2	20.0	3.8	5.7	6.8
Latvia	13.1	33.6	34.5	30.2	5.6	14.0	13.9
Lithuania	13.4	29.2	35.1	33.2	4.1	8.9	10.4
Luxembourg	17.3	16.5	15.6	14.0	5.2	5.5	3.5
Hungary	19.9	26.5	26.6	25.1	5.0	6.5	6.6
Malta	11.8	14.4	13.1	14.7	6.4	7.4	6.7
Netherlands	6.3	7.7	8.7	7.0	3.9	4.8	6.0 ^e
Austria	8.0	10.0	8.8	8.3	4.9	6.0	5.2
Poland	17.3	20.6	23.7	24.9	5.7	7.0	8.2
Portugal	20.2 ^e	24.8 ^e	27.7 ^e	28.7	6.8	7.9	8.2
Romania	18.6	20.8	22.1	22.8	5.7	6.4	6.9
Slovenia	10.4	13.6	14.7	14.3	4.5	5.6	5.9
Slovakia	19.0	27.3	33.6	32.7	6.2	8.6	10.4
Finland	16.5	21.5	21.4	20.1	8.8	10.9	10.6
Sweden	20.2	25.0	25.2	22.8	10.7	12.8	13.0
United Kingdom	15.0	19.1	19.6	20.4	9.2	11.4	11.6

^a The quarterly youth unemployment rate is seasonally adjusted.

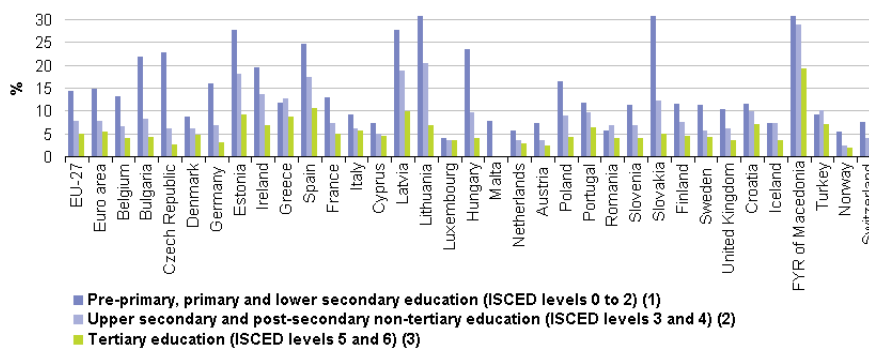
^e: estimate

Source: Eurostat (une_rt_q, ifsi_act_a)

Fonte: Eurostat

Os dados de 2010 indicam que as qualificações parecem continuar a ser o melhor seguro contra o desemprego, o qual afeta de forma mais significativa os níveis de educação mais baixos (Figura 1.5.). Esta característica foi registada em quase todos os países da EU-27, sendo que a taxa de desemprego entre aqueles que tinham qualificações abaixo do nível secundário foi de 14,2%, enquanto que no caso dos indivíduos com qualificações de nível superior, a taxa fixou-se nos 4,9%. (http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/).

Figura 1.5. Taxa de desemprego na Europa por nível de escolaridade em 2010



Fonte: Eurostat

A tendência de aumento verificada nos últimos anos, na percentagem de DLD face à totalidade do número de desempregados (Eurostat, 2011) e também no alargamento do período de desemprego, torna esta temática alvo de interesse acrescido por parte da comunidade científica e do poder político.

Os DLD constituem atualmente um dos perfis-alvo de desempregados das políticas de emprego. A redução da taxa de DLD relativamente ao número global de desempregados e a diminuição do tempo de permanência no desemprego, são 2 objectivos consagrados na Estratégia Europa 2020. A Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo (http://ec.europa.eu/eu2020/index_en.htm), é o documento orientador desenvolvido pela Comissão Europeia, para a estratégia de crescimento até 2020.

Esta estratégia contempla 5 metas ou objectivos a concretizar até 2020. Um desses objectivos define que 75% da população ativa entre os 20 e os 64 anos na Europa, deve estar empregada em 2020. Promover o Crescimento Inclusivo, é de acordo com a Comissão Europeia (http://ec.europa.eu/eu2020/index_en.htm):

“...fortalecer as pessoas através de elevados níveis de empregabilidade, promover o investimento em competências, promover o combate à pobreza, a modernização dos mercados de trabalho, dos sistemas de formação e sistemas de proteção social, permitindo assim a adoção por parte dos cidadãos de atitudes proativas face à mudança e na construção de uma sociedade mais coesa”.

Neste sentido, foi definida a Iniciativa Bandeira “An agenda for skill and jobs”, a qual contempla uma série de procedimentos a adotar a um nível global na Europa, a partir dos quais os estados membros devem definir medidas específicas a nível nacional adaptadas à sua realidade.

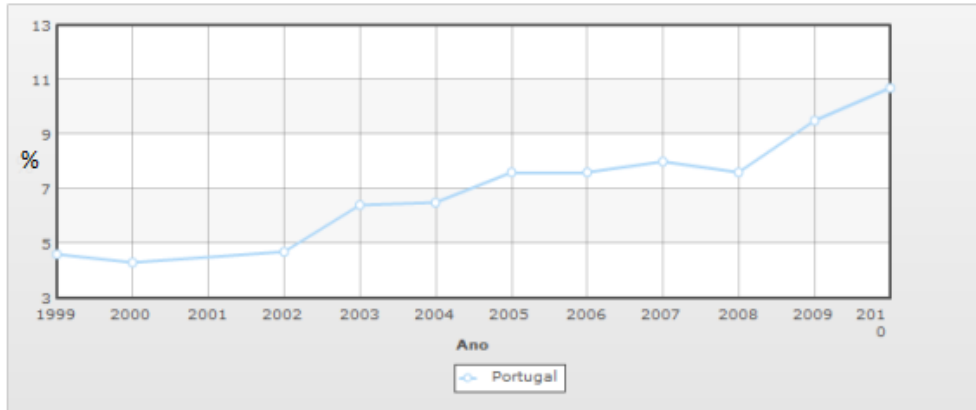
E em Portugal, como tem evoluído o desemprego? Que razões explicam a evolução do desemprego em Portugal?

I.3.2. O desemprego em Portugal entre 2000 e 2010: Que evolução?

Desde há mais de 10 anos que a taxa de desemprego em Portugal tem vindo a aumentar (Figura 1.6), acompanhando a tendência verificada de diminuição da produtividade e da competitividade no mesmo universo temporal (Centeno *et al.*, 2009). Esta tendência acentuou-se com o início da crise económica e financeira em 2008. O aumento acentuado do

desemprego após este período, poderá traduzir alguns dos principais problemas estruturais que se colocam à economia portuguesa.

Figura 1.6. Gráfico com evolução da Taxa de desemprego no período 1999-2010



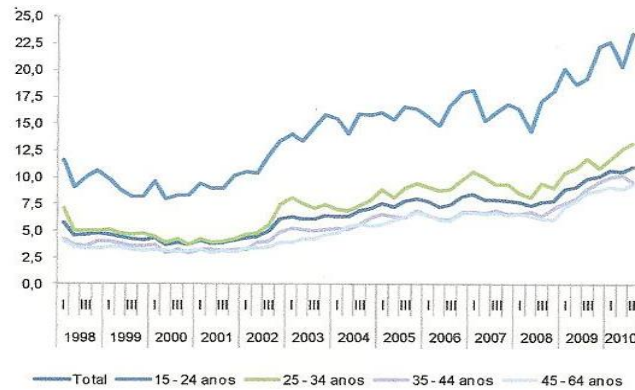
Fonte: INE- Inquérito ao Emprego

Uma análise dos últimos 30 anos permite observar que o desemprego em Portugal aumentou de forma cíclica em determinados momentos. Podem ser identificados os períodos de 1976 a 1986 e de 1994 a 1997, nos quais a natureza estrutural do desemprego se tornou evidente, através da conjugação de fatores como a redução das taxas de crescimento do PIB e as restrições orçamentais por parte do Estado. No período em análise neste trabalho, a redução do PIB, foi também uma realidade observada e como já foi referido, após 2000, a economia portuguesa deixou de convergir com a média da União Europeia.

De acordo com os dados do IE referentes ao 4º trimestre 2001, o número de desempregados ascendia a um total de 216,1 mil indivíduos, representando uma taxa de desemprego de 4,1%. A média anual fixou-se nos 4,1%, o que representa o universo de 211,5 mil indivíduos desempregados, verificando-se um acréscimo de mais 3,4% face ao ano anterior.

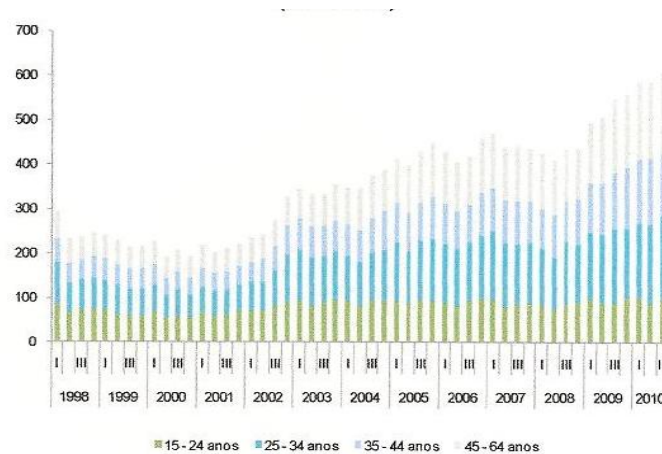
Tendo em conta, os grupos etários (Figura 1.7.), verifica-se que a situação de desemprego afeta significativamente os indivíduos com idades entre os 15 e os 24 anos, o que parece estar relacionado com a variação positiva bastante elevada dos indivíduos que procuram um primeiro emprego (+ 43,7% de variação homóloga, +14,7 de variação trimestral e +23,4% de variação anual).

Figura 1.7. Taxa de desemprego por grupo etário



Fonte: INE- Inquérito ao Emprego

Figura 1.8. Desemprego por grupo etário



Fonte: INE- Inquérito ao Emprego

Registou-se também uma evolução positiva na taxa de “à procura de novo emprego” . Ao realizar-se uma análise da taxa de desemprego por NUTS II, verifica-se que a região “Alentejo” apresenta a maior taxa de desemprego do país (6,15%), o que representa mais 2,0 pontos percentuais relativamente ao valor médio de todas as regiões. A região de Lisboa e Vale do Tejo regista a segunda maior taxa (5,5%). As restantes regiões, com exceção do “Algarve”, apresentam taxas inferiores à média nacional, destacando-se a região dos Açores, a qual regista a menor taxa de desemprego do país (2,3%).

A variação da taxa de desemprego no período compreendido entre 2001 e 2010, sugere um aumento progressivo da mesma, tendo aumentado de 4,1% em 2001 para o valor médio anual

de 10,8% (602,6 mil indivíduos) em 2010, sendo que o valor estimado para o 4º trimestre de 2010 foi de 11,1%.

A população desempregada foi estimada em 619,0 mil indivíduos. (INE, 2011). Importa compreender os valores registados em 2010, relativamente à população ativa, população empregada nesse período, à população desempregada e sua distribuição pelas NUTSII, à população inativa e aos fluxos trimestrais entre estados do mercado de trabalho.

Quanto à população ativa, os resultados do IE relativos ao 4º trimestre de 2010, sugerem que a população ativa residente em Portugal diminuiu 0,3 % (cerca de 19,1 mil indivíduos) face ao trimestre homólogo de 2009 e 0,15% (5,3 mil indivíduos) face ao trimestre anterior. Em 2010, em média, a população ativa manteve-se praticamente inalterada face ao ano anterior.

A taxa de atividade da população em idade activa (15 ou mais anos) foi estimada em 61,7% no 4º trimestre de 2010. Esta taxa diminuiu 0,1 pontos percentuais, relativamente à verificada no trimestre homólogo de 2009 e à verificada no trimestre anterior. Em termos médios, 2010 registou uma taxa de atividade da população em idade ativa de 61,9%, valor igual ao observado no ano anterior.

Uma análise por sexo, demonstra que no 4º trimestre de 2010, a taxa de atividade das mulheres foi de 56,0% e a dos homens foi de 67,9%.

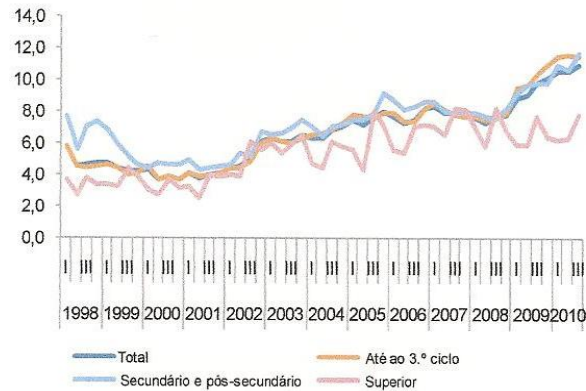
Esta tendência de decréscimo foi também observada no 4º trimestre de 2010, relativamente à taxa de população empregada, a qual registou uma diminuição de 1,5% (74,7 mil indivíduos) nesse período temporal. Esta percentagem manteve-se no caso da análise da taxa média anual relativa a 2010. Alguns fatores parecem ter contribuído para esta tendência:

- a diminuição do número de empregados do sexo feminino (49,9 mil indivíduos). O número de empregados do sexo masculino diminuiu menos (82,4 mil indivíduos).

-a diminuição do número de empregados com idade entre 15 e os 34 anos (99,6 mil indivíduos) e com idade igual ou superior aos 65 anos (17,2 mil).

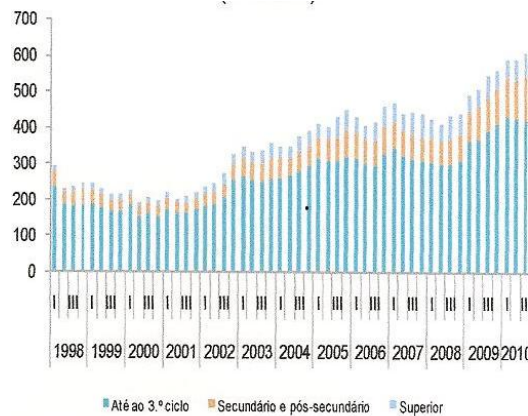
-a diminuição no número de empregados com nível de escolaridade completo correspondente, no máximo, ao 3º ciclo do ensino básico, o qual abrangeu 170,2 mil indivíduos (Figura 1.10). Por outro lado, registou-se um aumento do número de indivíduos empregados com nível de escolaridade correspondente ao ensino secundário e pós-secundário e ao ensino superior (60,6 mil e 34,9 mil indivíduos, respetivamente).

Figura 1.9. Taxa de desemprego por nível de escolaridade



Fonte: INE- Inquérito ao Emprego

Figura 1.10. Desemprego por nível de escolaridade (milhares)



Fonte: INE- Inquérito ao Emprego

- a diminuição do emprego nos setores da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca (53 mil indivíduos), e da indústria, construção, energia e água (20,8 mil indivíduos). A diminuição do emprego na indústria, construção e energia foi explicada essencialmente pelas atividades da indústria transformadora, a qual empregou menos 13,5 mil indivíduos. No setor dos serviços, o emprego permaneceu quase inalterado.

- a diminuição no número de trabalhadores por conta própria, em 84 mil indivíduos. Verificou-se um ligeiro aumento no número de trabalhadores por conta de outrem (0,2%- 6,3 mil). Neste contexto, ao analisar o tipo de vínculo contratual, verifica-se que aumentou o número de indivíduos com um contrato de trabalho sem termo (12,9 mil) e o número de

indivíduos que tinham um contrato de trabalho com termo (4,5 mil) e diminuiu o número dos que estavam noutra situação contratual (11,1 mil).

- a diminuição no número de trabalhadores a tempo completo (46,0 mil indivíduos) explicou 61,6% da redução global do emprego.

Resumindo, no 4º trimestre de 2010 a taxa de emprego (15 e mais anos) situou-se em 54,8 %, valor que foi inferior ao registado no período homólogo de 2009 em 0,8 pontos percentuais. O valor médio da taxa de emprego em 2010 situou-se nos 55,2%, tendo também ela diminuído cerca de 0,8 pontos percentuais face a 2009. Relativamente ao género, neste período a taxa de emprego dos homens (61,0%) foi superior à das mulheres (49,1%). Ambas as taxas desceram face ao período homólogo de 2009.

De acordo com o INE (2011), para a variação homóloga da população desempregada registada entre 2009 e 2010 (4º trimestre), contribuíram essencialmente os seguintes resultados:

- o aumento no número de mulheres desempregadas (40,2 mil indivíduos), o qual explicou 72,2% da variação ocorrida no desemprego total. O número de homens desempregados também aumentou, mas de forma menos expressiva (15,5 mil);

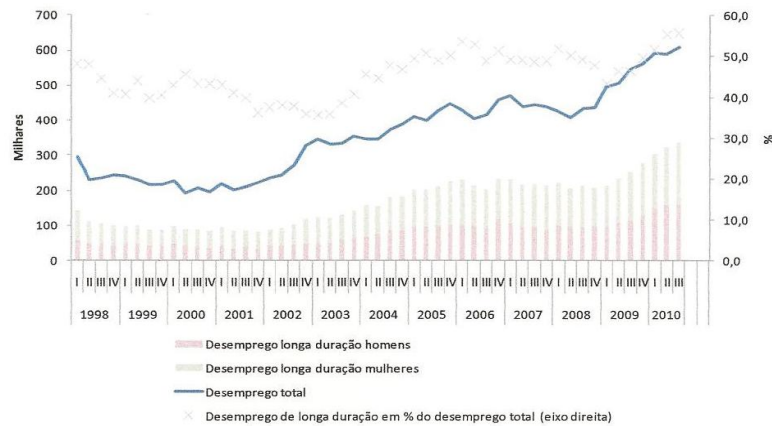
- o aumento do desemprego de indivíduos dos 25 aos 34 anos (34,9 mil indivíduos) e com 45 ou mais anos (23,2 mil indivíduos);

- o aumento do desemprego de indivíduos com um nível de escolaridade completo correspondente ao ensino secundário e pós-secundário (29,0 mil) e ao ensino superior (20,6 mil). Entre os indivíduos com um nível de escolaridade até ao 9º ano, o desemprego aumentou em menor proporção (6,1 mil indivíduos);

- o aumento no número de desempregados à procura de novo emprego (38,2 mil indivíduos), provenientes essencialmente dos setor dos serviços (51,1 mil indivíduos). Quanto à procura do 1º emprego, registou-se um aumento de 17,5 mil indivíduos;

- o aumento no número de DLD, que se fixou nos 57,9 mil indivíduos que procuravam emprego há pelo menos um ano (Figura 1.11.).

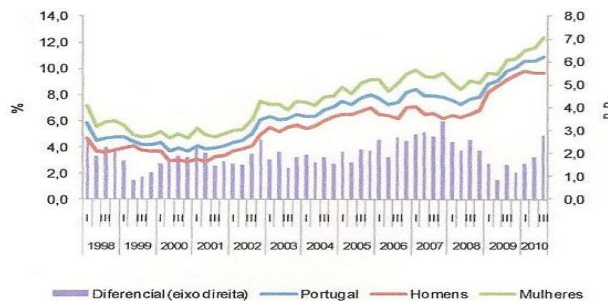
Figura 1.11. Desemprego de Longa Duração



Fonte: INE- Inquérito ao Emprego

No 4º trimestre de 2010, a taxa de desemprego dos homens foi de 10,1% e a das mulheres foi de 12,3%, o que reflete uma tendência inversa à verificada na Europa, já referida anteriormente (Figura 1.12.). Ambas subiram face ao trimestre homólogo de 2009 (0,65% e 1,65%, respetivamente), mas apenas nos homens subiu face ao trimestre anterior (0.5%).

Figura 1.12. Taxa de desemprego por Género



Fonte: INE- Inquérito ao Emprego

O INE (2011), na análise trimestral das Estatísticas de Emprego, que efetua, concluiu que o aumento trimestral da população desempregada ocorreu essencialmente nos seguintes grupos populacionais: homens, indivíduos dos 45 e mais anos, indivíduos com nível de escolaridade completo correspondente ao ensino superior, indivíduos à procura de primeiro emprego, indivíduos à procura de novo emprego provenientes exclusivamente dos serviços e indivíduos desempregados à procura de emprego há menos de um ano.

Analisando a distribuição do desemprego por regiões NUTS II, verifica-se que no 4º trimestre de 2010, as taxas de desemprego mais elevadas foram registadas nas regiões NUTS II do

Algarve (14,8%), Norte (12,7%), Lisboa (12,3%) e Alentejo (11,2%). Os valores mais baixos foram registados na Região Autónoma dos Açores (7,0%) e no Centro (7,7%). Acompanhando a tendência verificada globalmente em Portugal, neste período verificou-se um acréscimo na taxa de desemprego em todas as regiões face ao período homólogo de 2009, com exceção da Região Autónoma dos Açores onde aumentou e na Região Autónoma da Madeira, onde não se verificaram alterações. Face ao trimestre anterior, a taxa de desemprego aumentou em quatro regiões: Centro, Lisboa, Algarve e Região Autónoma dos Açores.

Em termos médios anuais, as maiores taxas de desemprego em 2010 foram observadas no Algarve (13,4%), no Norte (12,6%), no Alentejo (11,4%) e em Lisboa (11,3%). As taxas mais baixas registaram-se na Região Autónoma dos Açores (6,9%), na Região Autónoma da Madeira (7,4%) e no Centro (7,7%). A taxa de desemprego registou um acréscimo anual em todas as regiões, com exceção da Região Autónoma da Madeira, onde diminuiu. Os maiores acréscimos foram registados no Algarve, Norte e em Lisboa.

No 4º trimestre de 2010, a população inativa com 15 e mais anos aumentou 0,4% face ao trimestre homólogo de 2009 e 0,3% face ao trimestre anterior (cerca de 13,3 mil e 10,9 mil indivíduos, respetivamente). Em 2010, a população inativa com 15 e mais anos manteve o nível do ano anterior. A taxa de inatividade (15 e mais anos) fixou-se nos 38,3% no 4º trimestre de 2010, tendo sido de 32,1% a taxa de inatividade dos homens é de 44,0% e das mulheres. Em 2010, a taxa de inatividade (15 e mais anos) foi de 38,1%.

I.4. O aumento do desemprego em Portugal: da sua constatação à sua explicação

A análise dos dados estatísticos apresentados até ao momento, permite tirar uma conclusão preocupante: o significativo aumento do desemprego em Portugal. A taxa de desemprego quase triplicou entre 2001 e 2010, o que colocou o mercado de trabalho e as características estruturais da economia no topo do debate da política económica.

A interpretação estrutural do fenómeno do desemprego é baseada nos trabalhos de Friedman (1968) e Phelps (1968). Esta estrutura analítica postula que cada economia pode ser caracterizada por uma “taxa natural de desemprego”. A economia não pode permanecer indefinidamente acima ou abaixo da taxa natural, mas pode flutuar em torno dela. Assim,

devem-se separar as flutuações cíclicas da taxa de desemprego dos movimentos estruturais na taxa natural. Segundo Friedman (1968: 8):

“The natural rate of unemployment is the level which would be ground out by the Walrasian system of general equilibrium equations, provided that there is imbedded in them the actual structural characteristics of the labor and commodity markets, including market imperfections, stochastic variability in demand and supplies, the cost of gathering information about job vacancies and labor availabilities, the costs of mobility, and so on”.

Ao longo das duas últimas décadas, verificaram-se mudanças significativas nalgumas das estruturas mais importantes do mercado de trabalho português. A evolução da economia portuguesa ao longo dos últimos vinte anos apresenta um padrão descontínuo e alternado. Entre finais dos anos 80 e finais dos anos 90 o país conheceu um período de prosperidade, com um forte crescimento da atividade económica que se traduziu numa melhoria das condições de vida para níveis mais próximos da média da União Europeia(UE).

No início dos anos 2000, contudo, a situação alterou-se, tendo o país entrado num período de fraco desempenho económico que resultou numa interrupção do processo de convergência real. A compreensão dos principais fatores por detrás desta evolução e dos seus impactos sobre a economia é fundamental para auxiliar os decisores de política económica na definição das reformas necessárias para uma recuperação sustentada do processo de convergência real.

A persistência de fragilidades estruturais é uma questão crucial, em particular no que diz respeito à fraca qualidade dos fatores de produção, que se tem traduzido em baixos níveis de produtividade, comprometendo a eficiência e a competitividade internacional do país. Este fato é particularmente notório no que diz respeito ao nível de capital humano (tomando como indicador o nível de educação formal), que é reduzido em comparação com as economias mais avançadas, o que constitui uma limitação à inovação, em particular num contexto de progresso técnico fortemente baseado em trabalho qualificado. Adicionalmente, a evolução da economia portuguesa nas últimas décadas tem sido marcada por significativas alterações do seu enquadramento, com destaque para o processo de liberalização económica e financeira, nomeadamente através da participação na área do euro. No mesmo período, a intensificação do processo de globalização desempenhou também um papel fundamental, com o surgimento de novos participantes no comércio mundial com custos salariais reduzidos, e em muitos

casos com níveis de capital humano mais elevados, e um padrão de exportações semelhante ao português. Finalmente, o papel desempenhado pela política orçamental é também fundamental para compreender os desenvolvimentos ocorridos ao longo da última década na economia portuguesa (Centeno *et al.*, 2009).

Desde logo, há que constatar o abrandamento da produtividade verificado em Portugal desde o início do ano 2000. A análise da taxa de variação do PIB na última década, permite verificar que após um período de crescimento do PIB nos anos de convergência até 2000, em que o crescimento foi mais elevado que a média europeia, assistiu-se a um decréscimo acentuado do mesmo, entre 1998 (PIB= 4,9) e 2003(PIB= -0,8), ano de recessão económica. Desde então, a economia portuguesa tem sentido algumas dificuldades em retomar o ritmo da convergência ao crescer sempre abaixo da média europeia (Alves, 2008).

O comportamento do PIB após 2003, caracterizado por flutuações de valores sempre inferiores ao PIB registado na UE, volta a registar nova recessão económica em 2009 (PIB=-4%) (INE, 2010). Teremos ainda que assinalar o processo de integração económica, em especial os desenvolvimentos relativos às exportações, que têm posto em evidência o problema de competitividade com que se defronta a economia portuguesa. Este facto, é em larga medida um reflexo da persistência de um conjunto de fragilidades estruturais, que se tornaram mais evidentes num contexto de aumento da concorrência internacional e progresso técnico fortemente baseado em trabalho qualificado (Centeno *et al.*, 2009).

Carneiro (2005) refere a existência de alguns indicadores que mostravam uma tendência para uma redução ou mesmo decréscimo do investimento, sobretudo na componente de investimento privado produtivo, uma fraca internacionalização das empresas portuguesas, a resiliência de empresas familiares de baixas tecnologias e de pequena dimensão, uma dificuldade em competir pelo lado da inovação e um deficiente investimento em novas tecnologias de informação. Esta quebra de competitividade e da produtividade ocorre em simultâneo com uma degradação sensível do emprego e a correlativa aceleração das taxas de desemprego no país.

Ao estudar os efeitos que a aplicação do Plano Nacional de Emprego (PNE) 1999-2004 teve no crescimento da economia portuguesa e na dinâmica do emprego, Carneiro (2005), concluiu que nos anos iniciais da aplicação do PNE assistiu-se a um gradual ajustamento do mercado de trabalho tendo o desemprego diminuído, situando-se a taxa de desemprego abaixo dos 4%

em 2000. Os fluxos de passagem da situação de desemprego para emprego cresceram em simultâneo com a queda dos fluxos de sinal contrário. A partir do ano 2000, assiste-se a uma relativa escassez na oferta interna de mão-de-obra em determinados segmentos de atividade conhecedores de uma alta dinâmica de crescimento, mas cuja oferta de postos de trabalho não se revelou atrativa para a população nacional.

O fluxo de trabalhadores imigrantes aumentou, a partir desse ano, principalmente os contingentes provenientes da Europa Central, de Leste e do Brasil. Apesar de questões como produtividade e competitividade serem dificilmente resolúveis no curto prazo, é importante proceder à sua avaliação de modo a entender quais os fatores que impediram um desempenho mais favorável da economia portuguesa e quais as reformas necessárias para o promover.

Como referem Centeno *et al.* (2009), o contexto das economias mais avançadas, Portugal está entre o grupo de países com menor produto por trabalhador, sugerindo que uma melhoria do rendimento per capita requer um correspondente aumento da produtividade, o que por sua vez implica uma melhoria da qualidade dos factores e tecnologias de produção. Em primeiro lugar, a estrutura do setor industrial em Portugal difere substancialmente da estrutura dominante na área do euro, refletindo uma maior especialização da economia portuguesa em produtos de tecnologia baixa e média-baixa, não obstante se ter já verificado uma evolução nos últimos 20 anos no sentido de produtos com maior conteúdo tecnológico .

No que diz respeito à estrutura setorial da economia portuguesa, em 1986, o peso da agricultura em Portugal era superior ao da média da área do euro, enquanto o contrário se verificava no setor dos serviços. Ao longo dos últimos 20 anos, a agricultura perdeu mais de dois terços do seu peso na economia portuguesa, enquanto o peso dos serviços aumentou substancialmente, passando a estarem em linha com o observado na área do euro (Centeno *et al.*, 2009).

No caso do emprego, a evolução setorial foi semelhante, com o peso dos trabalhadores no setor agrícola a diminuir e o peso dos trabalhadores no setor dos serviços a aumentar. Adicionalmente, o peso dos trabalhadores em setores de baixa produtividade, como a agricultura e a construção, é ainda superior em Portugal, quando comparado com a média da área do euro.

Para a análise do crescimento económico do país, são também importantes os contributos fornecidos pela dinâmica empresarial ao nível da criação de empresas. Sarmiento e Nunes, (2011), recorrendo aos resultados obtidos com o Inquérito ao Empreendedorismo do Banco Mundial (WBGES 2008), exploraram as trajetórias de evolução da criação de empresas entre 2000 e 2007 em Portugal. Tendo por base os cinco indicadores que ilustram a dimensão de empreendedorismo, propostos pelo Banco Mundial neste Inquérito- total de empresas; novas empresas; densidade empresarial; densidade empresarial de novas empresas; taxa de entrada de novas empresas- as autoras verificaram que Portugal apresenta uma taxa de registo de novas empresas relativamente mais baixa que a UE e a OCDE, revelando assim uma menor dinâmica empresarial na criação de novas empresas.

Em Portugal, o crescimento anual mais significativo registou-se de 2000 para 2001, com uma taxa de crescimento de 15,5% para o total de empresas e de 122,1% para as novas empresas, seguindo-se uma desaceleração em 2002 (1,1% para o total e de -51,6% para as novas empresas registadas), a mais significativa no período em análise. Em 2007, foram registadas 30.934 novas empresas em Portugal sendo a média da UE de 62.894 e a da OCDE de 82.111 novas empresas. Em Portugal, durante o período de 2000 a 2007, verificou-se um aumento gradual do número total de empresas registadas (267.192 em 2000 e 423.719 em 2007, que correspondem a uma taxa de crescimento médio anual de 6,8% para o total de empresas e de 7,4% para o registo de novas empresas. Em 2007, Portugal registou uma densidade empresarial de 60,1 empresas por mil indivíduos ativos, enquanto em 2000 a densidade verificada se situava nos 38,6 empresas. Ao longo de todo o período em análise, com exceção de 2001, Portugal registou uma taxa de criação de empresas inferior à média da UE.

Sarmiento e Nunes (2011), compararam ainda a evolução da criação de empresas entre setores de atividade. No total de empresas registadas prevalece o registo no setor do comércio (21% em 2002, 23% em 2004 e 32% em 2006), seguindo-se o setor dos serviços (21% em 2002, 23% em 2004 e 24% em 2006), os “Outros setores” (21% em 2006), a Indústria (10% em 2006), o “setor financeiro” (6% em 2006) e finalmente o setor primário (7% em 2006). Portugal, no período compreendido entre 2011 e 2010 apresenta um número relativamente maior de registos de novas empresas no setor dos serviços e no comércio por grosso e a retalho que a média dos países da UE e da OCDE.

Por outro lado, a tendência registada de maior criação de empresas no setor dos serviços e comércio, parece ter alguma correspondência com o número de ofertas de emprego recolhidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP, nos anos de 2001 e 2010.

Relativamente à atividade económica das ofertas em 2010, 4,3% era proveniente do setor primário, 33,6% do setor secundário e 57,6% do setor terciário, com o “Comércio por grosso e a retalho” e “Hotéis e restaurantes”, a representarem a maior percentagem de ofertas no setor dos serviços (IEFP, 2001). Em 2010, as ofertas recolhidas, representam 64,1% para o setor terciário, 31,3% para o setor secundário e 4,4% para o setor primário (IEFP, 2010).

Os dados disponíveis pelo Eurostat (2010) sugerem que a evolução das qualificações em Portugal tem sido insuficiente e que há uma larga margem para melhorias, de modo a torná-las mais próximas dos padrões europeus. Portugal está entre os países com um menor peso de trabalhadores com o ensino básico completo (que consiste no nível de ensino mínimo obrigatório vigente nas últimas duas décadas) e onde a evolução deste indicador ao longo dos últimos 15 anos foi mais limitada. Adicionalmente, a atual taxa de escolarização da população mais jovem é inferior à média europeia e muito abaixo dos níveis dos novos estados-membro da UE, os quais se apresentam como importantes concorrentes nos setores de média-alta tecnologia (por exemplo, setores de produção de máquinas e automóveis).

Esta evidência é particularmente relevante na medida em que a taxa de escolarização é um importante indicador da qualificação da população ativa, uma vez que, de acordo com os mesmos dados, o papel da educação e formação ao longo da vida ativa é muito limitado em Portugal. Será contudo de realçar, que esta última não constitui um substituto da educação formal. Para além dos reduzidos níveis de educação sugeridos pelos indicadores quantitativos, em termos de qualidade a situação é também preocupante de acordo com as comparações internacionais, nomeadamente os indicadores PISA (Centeno *et al.*, 2009). Os dados obtidos revelam a necessidade de reduzir os níveis de abandono escolar e de aumentar a taxa de participação na educação, mas também de melhorar os seus padrões de qualidade.

Outra dimensão importante por detrás da evolução da produtividade é o investimento em investigação e desenvolvimento (I&D). Apesar do número de trabalhadores envolvidos em atividades de investigação em Portugal, em percentagem do emprego total, ser ainda baixo no contexto dos países europeus, a situação melhorou na última década. Adicionalmente, em

termos de despesa em I&D, Portugal está também mal posicionado, não obstante as melhorias significativas alcançadas no período mais recente. Note-se ainda que o financiamento público continua a representar mais de metade do financiamento global, mas que esta percentagem diminuiu ao longo da última década, o que sugere um aumento do investimento em I&D por parte do setor privado. Finalmente, no que diz respeito às condições para a atividade empresarial, a evidência aponta para a manutenção de alguns fatores restritivos, apesar dos avanços registados nos últimos anos em vários aspetos, essencialmente relacionados com a simplificação de procedimentos administrativos e o aprofundamento do *E-Government* (Centeno *et al*, 2009). Por fim, os autores argumentam ainda que, no que respeita ao mercado de trabalho, o indicador de legislação de proteção ao emprego (EPL) revela também que existe margem para melhorias, apesar dos progressos realizados nos últimos anos. Estes fatores poderão ter impactos não negligenciáveis não só sobre a atratividade do país para o investimento direto estrangeiro (IDE), mas também sobre a competitividade dos produtores de bens transacionáveis num mercado internacional cada vez mais competitivo.

Relativamente à população ativa, verificou-se um aumento significativo, através de alterações demográficas importantes, tais como o amadurecimento do processo de envelhecimento da população, com a chegada ao mercado de trabalho da geração que resultou do aumento da natalidade no final dos anos 60 e início dos anos 70, o aumento da participação das mulheres e os significativos fluxos migratórios. Em Portugal, nas últimas duas décadas, registaram-se alterações significativas na composição etária da população e pequenas alterações na composição por género. Estas alterações estão associadas ao declínio nas taxas de natalidade, de cerca de 25 nascimentos por mil habitantes nos anos 60, para perto de 10 nascimentos nos anos 90. Ao mesmo tempo, as diferenças na taxa de desemprego para diferentes grupos etários permaneceram relativamente significativas, enquanto as taxas de desemprego de homens e mulheres convergiram, apesar de algumas diferenças no seu comportamento cíclico.

A diminuição do peso dos jovens na população ativa ao longo dos últimos 20 anos e a persistência das diferenças de taxas de desemprego entre os diferentes grupos etários teve um impacto não negligenciável na taxa de desemprego total em Portugal, como foi possível constatar anteriormente. Esta evolução é o resultado, não só de um menor peso de jovens na população, como também de uma redução na taxa de participação deste grupo etário. A redução na taxa de participação dos jovens pode estar associada com o aumento do nível de escolaridade. As taxas de desemprego mais elevadas entre os trabalhadores jovens não estão

associadas a durações de desemprego mais longas, mas sim a fluxos de entrada e saída do desemprego mais elevados. Todos os anos entra no mercado de trabalho um novo grupo de jovens, que inicialmente têm taxas de desemprego mais elevadas na medida em que tentam encontrar o seu primeiro emprego. Neste período, os indivíduos nestas faixas etárias têm maior instabilidade no emprego, em parte associada com uma maior incidência de contratos a termo, já que posteriormente deverão encontrar um emprego mais estável (Centeno *et al.*, 2009).

Para além das alterações referidas anteriormente, surgiram novas formas contratuais que introduziram flexibilidade no processo de formação de empregos, provavelmente com um custo de maior segmentação. Os contratos a termo transformaram-se no maior, às vezes mesmo no único, contributo para o crescimento do emprego, e o auto-emprego, que representa uma importante fracção do emprego em Portugal. A este respeito, Kovács (2005), refere que em Portugal, como em muitos outros países, assistimos para além do aumento do desemprego, à difusão do emprego flexível em detrimento do emprego estável. Esta difusão deve-se principalmente à procura constante de redução de custos, ligados ao factor de trabalho, num contexto de uma economia global e competitiva. De acordo com a autora, os empregos flexíveis são precários e oferecem poucas condições para a formação profissional, progressão na carreira e protecção social. Note-se que a incidência de contratos a termo é particularmente elevada para alguns grupos de trabalhadores, tal como os jovens, as mulheres e os trabalhadores menos qualificados, os quais têm trajectórias de emprego menos estáveis e são mais expostos às flutuações do mercado de trabalho.

A este propósito, em Portugal, o peso dos contratos a termo tem aumentado desde o início dos anos 90. No entanto, este aumento tem sido particularmente significativo desde 1998. Os contratos a termo na economia portuguesa estão associados a maiores fluxos de emprego e trabalhadores. Com base em dados para o período de 2002-2005, Centeno *et al.* (2008) demonstram que os trabalhadores com contratos a termo separam-se dos seus empregos a uma taxa anual de cerca de 32%, enquanto que os trabalhadores com contratos sem termo têm taxas anuais de separação de apenas 12%. A diferença na taxa de contratação é ainda maior. A taxa de contratação anual em contratos a termo ronda os 42%, e para contratos sem termo é somente de 8%.

De referir ainda que, as novas políticas de mercado de trabalho caracterizaram-se por apoios ao desemprego mais generosos, embora com uma grande fração da população ativa ainda não coberta pelo sistema, e pela introdução extensiva de políticas ativas de mercado de trabalho, cujo impacto se torna importante estudar, face à atual política de racionalização de recursos financeiros. Esta alteração das políticas num sentido de transições entre empregos mais seguras e a implementação de outras medidas de proteção social, como o subsídio de desemprego e o rendimento social de inserção, parecem não ter sido conjugadas com um ajustamento adequado noutras dimensões da regulamentação do emprego, conduzindo a um aumento na duração do desemprego, que tende a ter uma natureza mais estrutural.

As conclusões presentes no estudo Centeno *et al.* (2009) podem ser úteis no desenho de reformas fundamentais para o reinício do processo de convergência real da economia portuguesa. A adoção de reformas destinadas a enfrentar as fragilidades estruturais do país parece ser crucial para aumentar os níveis de produtividade e de competitividade internacional da economia portuguesa. Em particular, os autores referem ser de primordial importância o redirecionamento da produção nacional para bens com maior conteúdo tecnológico, assim como para mercados de rápido crescimento.

No entanto, um tal processo de reestruturação implica uma melhoria significativa do nível de capital humano e de I&D que contrarie a tendência crescente da taxa de desemprego e da duração do mesmo, em particular num contexto em que o desenvolvimento tecnológico exige elevados níveis de qualificação e em que a complementariedade entre trabalho qualificado e capital tem aumentado, impondo assim ao mercado de trabalho a redimensão das dinâmicas de funcionamento. Esta redimensão implicará uma compreensão profunda da heterogeneidade das características dos indivíduos desempregados. Conhecer os perfis de desempregados e o grau em que cada uma dessas características contribui para a possibilidade de um determinado indivíduo vir a estar desempregado, é o contributo que o presente estudo pretende dar para a discussão sobre o fenómeno do desemprego em Portugal.

Por outro lado, as recentes reformas na regulamentação do mercado de trabalho deverão contribuir para melhorar a flexibilidade e aumentar os níveis de concorrência. Os resultados obtidos apontam para que reformas destinadas a aumentar a concorrência sejam susceptíveis de aumentar a competitividade internacional da economia, promovendo as exportações e o crescimento económico. Nesta linha, são tidas como fundamentais reformas que promovam

uma maior mobilidade e da criação de emprego, assim como uma conceção alternativa do regime de subsídio de desemprego que vise a redução da duração do desemprego. Um sólido enquadramento macroeconómico, orientado para o crescimento económico sustentável, é também fundamental para alcançar estas melhorias. Vários analistas políticos e económicos (Centen *et al.*, 2009; Carneiro, 2005; Conselho Económico e Social, 1997) defendem que este crescimento económico só será possível se forem implementadas reformas estruturais adequadas.

Os aspectos apresentados até ao momento, relativos à evolução da economia portuguesa nas últimas décadas, permitem equacionar que a evolução do mercado de trabalho e do fenómeno do desemprego registados no país no mesmo período, traduzem as características estruturais abordadas anteriormente. Relativamente ao mercado de trabalho e aos fluxos registados entre emprego e desemprego, os dados do INE (2010), apontam não só para um aumento da taxa de desemprego, mas também para o aumento da duração desse mesmo desemprego. Poderemos assim perguntar, até que ponto as características estruturais da economia portuguesa estarão a contribuir para o aumento da duração do desemprego em Portugal.

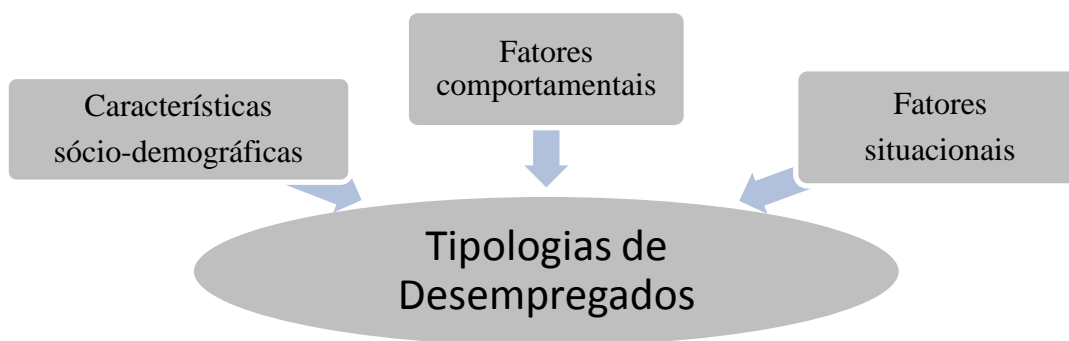
CAPÍTULO II- Metodologia e Dados

II.1. Metodologia de Investigação Empírica

Como foi referido, o objetivo essencial desta pesquisa é caracterizar a população desempregada em Portugal, nos anos de 2001 e de 2010. A metodologia de investigação empírica é por isso de natureza descritiva e visa oferecer uma tipologia de desempregados que forneça algumas pistas para a compreensão da evolução do fenómeno ao longo do tempo.

Neste sentido, o argumento central da nossa pesquisa é que o desemprego é heterogénico. Esta heterogeneidade decorre de características socio-demográficas, como a idade, o género, a escolaridade, mas igualmente de fatores comportamentais e situacionais. Os comportamentais prendem-se com os comportamentos ativos de emprego, enquanto os situacionais, que são alheios ao indivíduo, incluem a trajetória profissional, medida através do número de empregos anteriores à situação de desemprego, os motivos de saída, tipo de vínculo laboral, setor de atividade anterior. Os indicadores situacionais informam indiretamente sobre potenciais comportamentos das empresas tais como: i) o recurso à flexibilidade contratual e desemprego relacionado com a precariedade a este associado; ii) inviabilidade económica que se traduz no encerramento da empresa; e iii) a sua inserção setorial e potencial vulnerabilidade. Incluímos também a situação face ao subsídio de desemprego para compreender a fonte de rendimentos do indivíduo. A análise empírica visa assim encontrar tipologias da população desempregada cujas características permitam agregar os desempregados num segmento único ou aproximá-lo de algum. As tipologias de desempregados serão assim o resultado, da manifestação das características sócio-demográficas dos indivíduos e de fatores comportamentais e situacionais, tal como pode ser observado na Figura 2.1..

Figura 2.1. *Modelo de análise: Tipologias de desempregados*



II.2. Origem dos dados

O presente estudo foi realizado com base em microdados presentes nas séries de 2001 e de 2010 do Inquérito ao Emprego (IE) para o último trimestre, os quais foram disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística (<http://www.ine.pt>), com autorização prévia do GPEARI- Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (<http://www.gpeari.mctes.pt/>), do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Inquérito ao Emprego tem como objetivo principal a caracterização da população face ao trabalho. Pretende obter um conjunto de informação que permita, a partir dessa caracterização, analisar o mercado de trabalho enquanto realidade dinâmica e constituir um ponto de partida para a definição de políticas sócio-económicas. Trata-se de um instrumento que respeita as diretivas comunitárias aprovadas pelo Eurostat para o Inquérito Comunitário (Labour Force Survey- LFS), e que visam a harmonização dos inquéritos realizados nos diversos países. Como objectivos específicos, o IE pretende:

- fornecer uma medida direta e comparável internacionalmente das alterações subanuais do emprego e desemprego;
- avaliar ao longo do ano o volume de determinados fenómenos do Mercado de Trabalho, como o emprego, o desemprego, as horas trabalhadas, o subemprego e a mão-de-obra disponível;
- fornecer dados estruturais anuais relacionados com o nível de emprego e desemprego;
- criar uma base de dados com observações individuais, permitindo análises de padrões de comportamentos e fluxos de mão-de-obra, ao longo do tempo, criando séries temporais.

Existem atualmente quatro séries temporais do IE: a série 74 (1974-1982), então designada “Inquérito Permanente ao Emprego”; a série 83(1983-1991); a série 92 (1992-1997) e a série 98, com início em 1998. Estas séries refletem os ajustamentos decorrentes das decisões da Organização Internacional do Trabalho (OIT), dos regulamentos comunitários e ainda das necessidades nacionais de informação sobre o mercado de trabalho. Desta forma, as estimativas obtidas através do IE são comparáveis internacionalmente. O IE é um inquérito trimestral por amostragem que fornece resultados trimestrais e médias anuais, em que as características observadas no inquérito referem-se na maioria à situação no decorrer de uma

semana pré-definida (de segunda a domingo), denominada semana de referência. As semanas de referência são repartidas uniformemente pelo trimestre e ano. As entrevistas realizam-se habitualmente na semana que se segue à semana de referência. Quanto às unidades de observação, são observados dois tipos de unidade: agregado doméstico e indivíduo. A informação é recolhida para todos os indivíduos pertencentes ao mesmo agregado. O IE faz-se por recolha direta, em que a informação é obtida através de entrevista direta ao indivíduo em questão ou a um outro membro do agregado, se o próprio não estiver presente e algum dos membros do agregado presentes fôr considerado apto a responder por ele.

II.3. Modelo estatístico

Dada a natureza multidimensional do fenómeno do desemprego, procurou-se adotar um método de análise estatística que permitisse captar a heterogeneidade subjacente ao fenómeno. Desta forma, foi adotada uma metodologia quantitativa para realizar a análise dos dados do IE, através do recurso à estatística descritiva e à abordagem estatística de “conjuntos difusos- (*“fuzzy clustering”*) - por ser um método que permite estudar a heterogeneidade individual resultante da valorização de um conjunto de características populacionais comuns (Suleman, 2009). Em particular, foi usado o modelo estatístico de pertenças parciais conhecido na literatura pelo acrónimo GoM (Manton *et al.*, 1994), que quer dizer *Grade of Membership*. Este modelo é baseado numa partição difusa permitindo assim relativizar a heterogeneidade individual, posicionando cada indivíduo numa estrutura de perfis (no caso, tipologias da duração do desemprego) induzida pela partição, em função da proximidade a esses perfis. O peso de cada variável no indivíduo é feito por um mecanismo de compensação, em que um peso maior numa característica equivale a perda de peso noutras características. Se $K > 1$ fôr o número de tipologias que representa o universo em análise, cada indivíduo, seja o indivíduo (indexado pela letra) i será representado pelo vetor, de coordenadas não nulas e soma unitária,

$$\mathbf{g}_i = (g_{i1}, \dots, g_{iK}) \quad (1)$$

que se designa vetor de pertenças parciais (do indivíduo i). Cada coordenada deste vetor representa o grau de associativismo desse indivíduo a cada uma das K tipologias que estruturam o universo. Deste modo, o vetor define a posição do indivíduo i no universo. No modelo GoM, as tipologias são construídas por uma medida probabilística de ocorrência das

categorias das diversas variáveis observadas. Deste modo, estaremos à espera de um desenho tipológico do desemprego baseado em categorias prevalecentes, e sob o qual se basearão as nossas inferências.

Para estudar o fenómeno do desemprego, o peso de cada variável no perfil do indivíduo desempregado é importante para definir o tipo de intervenção a realizar, de forma a promover a reinserção no mercado de trabalho. A metodologia em causa permite potencialmente identificar os perfis de desemprego nos anos em estudo, 2001 e 2010, assim como os fatores que tenham eventualmente contribuído para a sua integração no perfil ou que tenham conduzido a alterações verificadas nos dois anos em análise.

Em termos estatísticos, o método permite distinguir as variáveis internas (as que contribuem para a construção do perfil) e as variáveis externas (que permitem encontrar associações entre os perfis e outras características).

A abordagem difusa foi utilizada anteriormente em estudos que exploraram diversos aspetos ligados à ciência económica, nomeadamente, a relação entre inflação e desemprego e a instabilidade causada na curva de Phillips (Ormerod *et al.*, 2009); a classificação do desenvolvimento económico dos países asiáticos (Achsani, 2010); a análise dos determinantes da pobreza no sexo feminino (Pereirinha *et al.*, 2007); a análise dos indicadores de qualidade das universidades espanholas (Montero *et al.*, 2010).

II.4. Estrutura dos dados

Para aplicação do modelo GoM, foi necessário escolher as variáveis internas e externas alvo da análise estatística. Para efeitos da análise da duração do desemprego, foram escolhidas do IE, as questões que correspondiam às variáveis em estudo.

Assim, a análise estatística teve como critério a escolha do filtro 17 (“não realização de trabalho remunerado na semana de referência” - $ieq14=2$ e “realização de trabalho não remunerado para uma pessoa de família”- $ieq15=2$ e “não ausência na semana de referência”- $ieq16=2$) (pág 6- questionário 2010 e pág. 20- questionário 2001), a qual designaremos como “desemprego em sentido lato”, através da definição de uma amostra do questionário com $N=1818$ (em 2010) e $N=694$ (em 2001), ao qual se acrescentou a autoclassificação como desempregado, presente na variável 22 (autoclassificação).

As variáveis internas (anexo A) definidas para analisar as tipologias do desemprego nesta amostra foram as seguintes: diligências de procura de emprego (ieq19), recepção de reforma ou pensão (ieq23), principal fonte de rendimento (ieq24), razão de saída do último emprego (ieq71), situação na última profissão (ieq74), duração do desemprego (ieq76) número de empregos significativos (ieq77a), nível de escolaridade (ieq85), inscrição no Centro de Emprego (ieq114), recepção de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego (ieq115), situação anterior à procura de emprego (ieq120).

As variáveis externas (anexo B) de caracterização, em número de 6, permitem o refinamento destes perfis, ao associar informação útil a nível das características demográficas e da atividade profissional desenvolvida no passado. Temos assim: o género (ieq3), idade (ieq4), estado civil (ieq5), nível de escolaridade (ieq85), CAE-código da atividade económica da empresa do último emprego (ieq72), CNP- código da classificação nacional de profissões do último emprego (ieq73).

CAPÍTULO III- Análise Empírica

A natureza das variáveis em jogo apelou a uma análise faseada das tipologias, através da avaliação separada das variáveis internas que permitem configurar as tipologias de desempregados, e das variáveis externas sócio-demográficas que permitem afinar as tipologias. Este procedimento teve como objetivo facilitar a identificação de tipologias e, deste modo, servir de instrumento de decisão política para o fenómeno do desemprego.

III.1. Análise Descritiva- Os dados dos IE

Uma vez que as variáveis externas constituem no seu conjunto um complemento útil na caracterização dos perfis de desempregados, faz sentido realizar uma análise comparativa das suas distribuições empíricas através das frequências observadas nas amostras de 2001 (N=694) e de 2010 (N=1818). A descrição do comportamento frequencial destas variáveis é importante para avaliação posterior da sua importância nos perfis. Assim, o quadro 3.1, permite realizar uma análise comparativa das frequências amostrais.

Quadro 3.1. Comparação da percentagem de desempregados na amostra nos anos 2001 e 2010

Ano	2001 (%)	2010 (%)
Variável /nível		
Idade/ Nível etário		
15-24	23,9	10,2
25-34	22,5	23,2
35-44	22,6	24,1
45-54	17,3	26,9
55-64	13,7	15,3
≥ 65		0,3
Sexo		
M	45,4	48,7
F	54,6	51,3
Estado civil		
Solteiro	38,6	39,27
Casado	54,6	52,02
Viúvo	1,9	0,84
Divorciado	4,9	7,87
Nível de escolaridade		
Nenhum	5,6	4,2
Básico 1	33,7	27,9
Básico 2	25,4	19,2
Básico 3	19,9	23,9
Secundário 1	8,2	15,7
Secundário 2	1,6	0,8
Politécnico	1,4	1,1
Licenciatura	3,7	6,5
Pós-graduação	----- a)	0,3
Mestrado	0,3	0,3
Doutoramento	0,1	0,1

a) Ítem não existente no Questionário de 2001

Os dados aqui apresentados sugerem que os indivíduos com um menor nível de escolaridade são mais atingidos pelo desemprego, uma vez que no último trimestre de 2001, 64,7% dos indivíduos desempregados tinham habilitações escolares iguais ou inferiores ao 6ºano, enquanto em igual período de 2010, a proporção com este nível de escolaridade, desce para 51,3%. Por outro lado, e apesar de se verificar uma tendência crescente do desemprego entre os diplomados, observável na subida do valor de 4,1% em 2001 para 7,25% em 2010, poderá considerar-se em termos comparativos com valores do desemprego nos outros níveis de escolaridade, que a educação constitui um benefício no mercado de trabalho.

Relativamente à idade, o desemprego parece atingir de forma mais acentuada os trabalhadores de faixas etárias mais ativas, acima dos 35 anos. No 4º trimestre de 2010, o desemprego parece ter atingido menos os jovens que em igual período de 2001. Um dos fatores que poderá ter contribuído para esta diminuição, poderá ser o aumento do tempo de permanência no sistema de ensino por parte dos jovens e a conseqüente entrada mais tardia no mercado de trabalho. Esta hipótese mereceria uma análise mais aprofundada que vai para além da investigação presente.

Outra constatação possível, é a de que o desemprego atinge tendencialmente mais as mulheres, apesar do diferencial ser menor em 2010 do que em 2001.

III.2. Os perfis dos desempregados de reinserção

A análise de perfis baseada no modelo GoM, evidenciou a existência de uma solução com 3 de perfis⁴, para o ano de 2001 e para o ano de 2010. Em cada um destes perfis, existem características prevalentes, as quais definem a descrição dos perfis em questão. De referir que o conceito de prevalência utilizado é relativo à amostra como um todo, e portanto, ser prevalente num perfil significa que ocorre com maior frequência no perfil do que na amostra.

⁴ Nos anos de referência 2001 e 2010, obteve-se uma solução, nomeada como *solução 1* em que se identificaram para cada um dos anos, 2 perfis de desempregados. Esta solução, apesar de ser mais defensável do ponto de vista estatístico, não revelou ser a que melhor operacionaliza o pressuposto de que as políticas de emprego devem estar dirigidas a segmentos específicos da população desempregada.

No ano de 2001, na solução encontrada, foram identificados 3 perfis, em que no **Perfil 1- “DLD e Pouco Qualificados”** prevalecem indivíduos desempregados há mais de 12 meses, que trabalhavam por conta d’outrém, como Operadores de Instalações e máquinas e Trabalhadores de montagem nos setores da Indústria Transformadora, da Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Saneamento, da Electricidade e do Gás; na sua maioria já tiveram pelo menos 7 empregos significativos (com duração mínima de 6 meses) desde que começaram a trabalhar; deixaram o último emprego na sequência de um despedimento coletivo ou encerramento da empresa ou por um despedimento individual. Não recebiam qualquer pensão ou reforma, sendo a principal fonte de rendimento o subsídio de desemprego ou o subsídio social de desemprego. Estão inscritos no Centro de Emprego e recebem subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego e antes de procurarem emprego encontravam-se a trabalhar. São maioritariamente indivíduos com o ensino básico, divorciados e viúvos, com idade entre os 55 e os 64 anos .

No **Perfil 2- “Qualificados, Precários e Desempregados de Longa Duração”** , é prevalecente a existência de indivíduos que se encontram maioritariamente desempregados há mais de 24 meses; trabalhavam por conta d’outrém, em funções ligadas aos Serviços e como Vendedores ou como administrativos e funções similares, nos setores dos Transportes e Armazenagem, das Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio; são prevalecentes os casos com pelo menos 3 empregos significativos desde que começaram a trabalhar; são indivíduos que deixaram o último emprego, na sequência do término de um trabalho de duração limitada. São indivíduos que não recebiam qualquer pensão ou reforma, cuja principal fonte de rendimento era proveniente das ajudas em espécie, dinheiro ou esmola. Estão inscritos no Centro de Emprego, não recebem subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego e utilizam de forma mais sistemática na sua procura ativa de emprego o contacto com o Centro de Emprego, e ainda a análise de anúncios de oferta de emprego. Antes de procurarem emprego, estes indivíduos não se encontravam a trabalhar. Prevalecem indivíduos com o ensino secundário, e com idade entre os 25 e os 34 anos, independentemente do estado civil.

Do **perfil 3- “ Jovens, Graduados e Desempregados de Curta Duração”**, fazem parte indivíduos, que se encontram desempregados há menos de 6 meses. Prevalecem indivíduos que trabalhavam por conta própria como isolado ou como empregador, no desempenho de funções como Quadros Superiores da Administração Pública ou Dirigentes de Empresas. Provêm dos setores do Comércio por Grosso e a Retalho, Reparação de Veículos Automóveis

e Motociclos, Alojamento, Restauração e Similares, Educação, Atividades de Informação e Comunicação e do setor Financeiro e Segurador; já tiveram pelo menos 4 empregos e deixaram o último emprego sem especificarem o motivo, embora alguns refiram a existência de outras razões pessoais ou familiares, ou o fim de um negócio pessoal. Prevalectem indivíduos que não recebiam qualquer pensão ou reforma, cuja principal fonte de rendimento era proveniente de ajudas em espécie, dinheiro ou esmolas. Não estão inscritos no Centro de Emprego e manifestam tendência para não responder à questão sobre receção ou não receção de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego. Quando respondem à questão, afirmam não receber nenhuma prestação de desemprego. Na procura ativa de emprego, utilizam de forma mais sistemática o contacto directo com empregadores e o contacto com pessoas conhecidas ou associações sindicais; prevalectem indivíduos que antes de procurarem emprego, se encontravam a trabalhar, que concluíram o ensino superior e com idade dos 15 aos 24 anos.

Relativamente ao ano de 2010, na solução encontrada, foram identificados 3 perfis, em que no **perfil 1- “DLD e Pouco Qualificados”**, prevalectem desempregados há mais de 24 meses, que trabalhavam por conta d’outrém, em profissões como Operários, artífices e operadores de instalações de máquinas de montagem nos setores da Indústria Transformadora, e em menor escala, ligadas às Actividades Imobiliárias; prevalecte a existência de indivíduos com pelo menos 3 empregos significativos desde que começaram a trabalhar; deixaram o último emprego na sequência de um despedimento coletivo ou encerramento da empresa ou por um despedimento individual. A maioria não recebiam qualquer pensão ou reforma, sendo que a principal fonte de rendimento era o subsídio de desemprego, embora existam alguns relatos de ter como fonte de rendimento, o rendimento social de inserção e o subsídio social de desemprego. Estão inscritos no Centro de Emprego e recebem subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego e antes de procurarem emprego encontravam-se a trabalhar. Prevalectem indivíduos com o ensino básico, divorciados e viúvos, com idade entre os 55 e os 64 anos .

No **perfil 2- “Qualificados, Precários e Desempregados de Curta Duração”** , prevalectem indivíduos que se encontram desempregados há mais de 3 meses e há menos de 12 meses; trabalhavam por conta d’outrém, desempenhando profissões intelectuais e científicas e no âmbito das Forças Armadas, nos setores da Educação, Administração Pública e Defesa e Segurança Social, Agricultura e afins, Transporte e Armazenagem, Atividades de Informação e Comunicação, Atividades Financeiras e de Seguros; já tiveram pelo menos 6 empregos

significativos desde que começaram a trabalhar ; prevalecem indivíduos que deixaram o último, na sequência do término de um trabalho de duração limitada, embora alguns refiram a existência de uma rescisão por mútuo acordo; são indivíduos que não recebiam qualquer pensão ou reforma, cuja principal fonte de rendimento era proveniente do subsídio de desemprego. Estão inscritos no Centro de Emprego, recebem subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego e utilizam de forma mais sistemática na sua procura ativa de emprego o contacto com o Centro de Emprego. Antes de procurarem emprego, encontravam-se a trabalhar. Concluíram o ensino secundário e têm idades entre os 25 e os 34 anos, independentemente do estado civil.

No **perfil 3- “DLD, Jovens e Graduados”**, prevalecem indivíduos, que se encontram desempregados há mais de 24 meses. São indivíduos que trabalhavam por conta própria como isolado ou como empregador na sua maioria; desempenhavam funções ligadas aos Quadros Superiores da Administração Pública ou Quadros Superiores de Empresas, nos setores do Alojamento, Restauração e Similares, nas Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio, no setor das Atividades das Famílias empregadoras de Pessoal Artístico, já tiveram pelo menos um emprego e tendencialmente deixaram o último emprego na sequência do término de um trabalho de duração limitada,. São indivíduos que não recebiam qualquer pensão ou reforma, cuja principal fonte de rendimento era proveniente da dependência da família, particulares ou outros. Não estão inscritos no Centro de Emprego e manifestam tendência para não responder à questão sobre receção ou não receção de subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego. Quando respondem à questão, afirmam não receber nenhuma prestação de desemprego. Na procura ativa de emprego, utilizam de forma mais sistemática o contacto direto com empregadores e o contacto com pessoas conhecidas ou associações sindicais; prevalecem indivíduos que antes de procurarem emprego, encontravam-se a estudar ou a frequentar um curso de formação. São indivíduos com o ensino superior concluído, solteiros, com idades entre os 15 e os 24 anos.

A análise destes perfis, poderá indicar no caso do Perfil 1, a existência de uma dificuldade de sair do desemprego por parte da população ativa adulta, enquanto no Perfil 3, parece existir dificuldade de inserção ou reinserção no mercado de trabalho, por parte dos jovens. Por outro lado, o Perfil 2 parece indicar trajetórias de precariedade que concorrem para períodos curtos de desemprego, mas que não garantem estabilidade no emprego.

A análise comparativa dos perfis de desempregados nos anos de 2001 e 2010, obtidos através do modelo GoM, poderá ser sintetizada no Quadro 3.2.

Quadro 3.2. Designação dos Perfis de Desempregados em 2001 e 2010

Ano de referência \ Perfil	2001	2010
1	DLD e Pouco Qualificados	DLD e Pouco Qualificados
2	DLD, Qualificados e Precários	Desempregados de curta duração, Qualificados e Precários
3	Jovens, Graduados e Desempregados de Curta Duração	Jovens, Graduados e DLD

Os perfis obtidos parecem indicar uma modificação nas variáveis caracterizadoras do desemprego, que tornam os indivíduos mais predispostos a este fenómeno. Esta conclusão poderá ser obtida através da análise do Quadro 3.3., que compara o comportamento dos indivíduos desempregados, face às variáveis em estudo, em 2001 e em 2010.

Quadro 3.3. Caracterização dos Perfis de Desempregados em 2001 e 2010

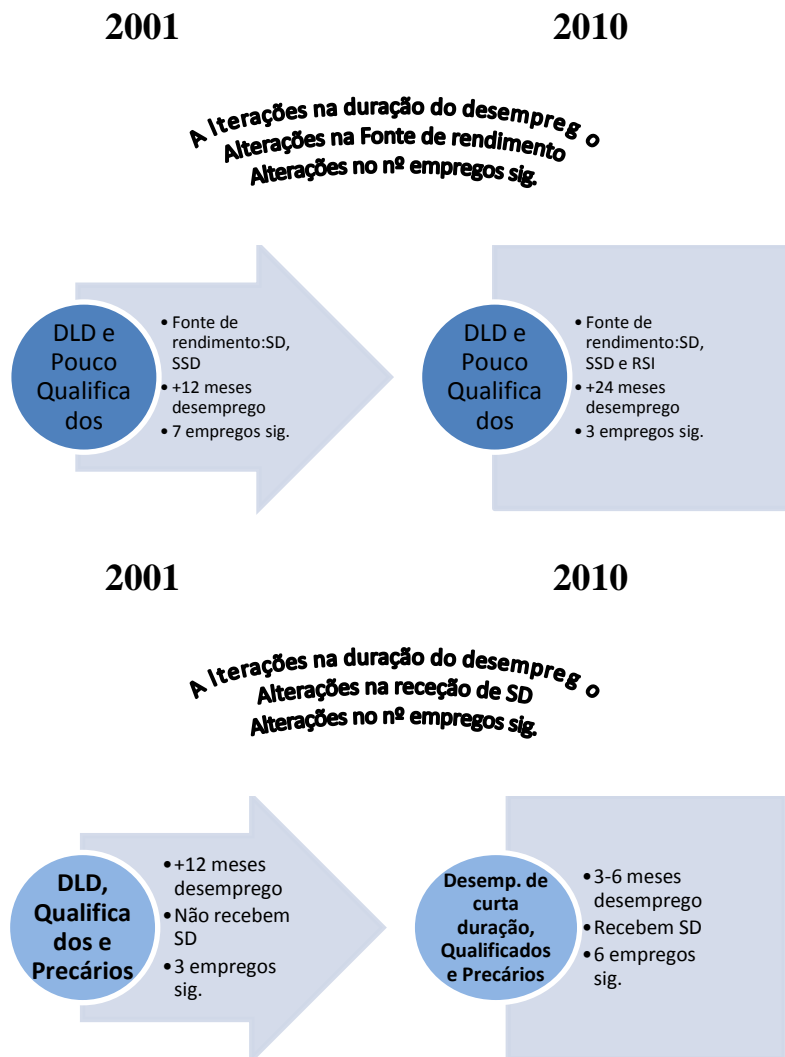
Tipolog. \ Variável	Perfil 1		Perfil 2		Perfil 3	
	2001	2010	2001	2010	2001	2010
	DLD e Pouco Qualificados	DLD e Pouco Qualificados	DLD, Qualificados e Precários	Desempregados de curta duração, Qualificados e Precários	Jovens, Graduados e Desempregados de Curta Duração	Jovens, graduados e DLD
Dilig. PAE ieq19	Centro de Emprego	Centro de Emprego	Centro de Emprego; Análise de anúncios de oferta de emprego	Centro de Emprego	Contacto direto com empregadores; Contato com pessoas conhecidas ou associações sindicais; Contato com as agências privadas de colocação, Colocação ou resposta a anúncios; Análise de oferta de emprego; Participação em concursos ou testes de seleção; Procura de terrenos ou instalações novas	Contacto direto com empregadores; Contato com pessoas conhecidas ou associações sindicais; Contato com as agências privadas de colocação; Colocação ou resposta a anúncios e análise de anúncios de

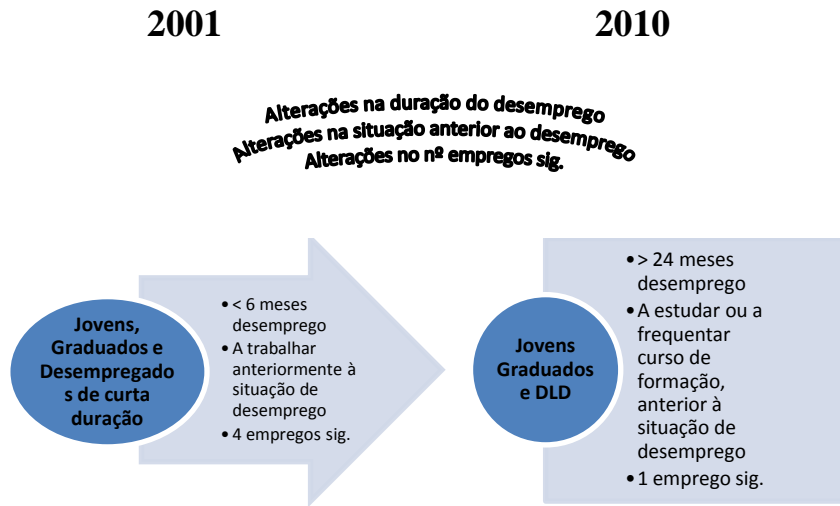
						oferta de emprego
Reforma /Pensão ieq23	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Fonte de Rendimento ieq24	Subsídio de desemprego; Subsídio social de desemprego	Subsídio de desemprego; o Rendimento Social de Inserção; o Subsídio social de desemprego	Ajudas em espécie ou dinheiro ou esmola; Rendimento Mínimo Garantido	Subsídio de desemprego	Ajudas em espécie ou dinheiro ou esmolas; Existência de lucros, rendas ou dividendos	Dependência da família, particulares ou outros, Trabalho remunerado para uma pessoa de família ou recebiam ajudas em espécie ou dinheiro.
Situação no último emprego ieq71	Despedimento coletivo ou encerramento da empresa; Despedimento individual	Despedimento coletivo ou encerramento da empresa; Despedimento individual; Situação de reforma	Términus de um trabalho de duração limitada; Rescisão por mútuo acordo; Responsabilidades familiares	Términus de um trabalho de duração limitada; Rescisão por mútuo acordo	Sem especificarem o motivo, Existência de outras razões pessoais ou familiares; Fim de um negócio pessoal; Doença ou incapacidade pessoal; Estudo/ Formação	Términus de um trabalho de duração limitada; Existência de outras razões pessoais ou familiares; Outra razão ou o fim de um negócio pessoal; Doença ou incapacidade pessoal; Estudo/Formação
Situação na última profissão ieq74	Trabalho por conta d'outrém	Trabalho por conta d'outrém	Trabalho por conta d'outrém	Trabalho por conta d'outrém	Trabalho por conta própria como isolado ou como empregador	Trabalho por conta própria como isolado ou como empregador; Trabalho para um familiar sem remuneração
Duração do desemprego	>12 meses	>24 meses	>24 meses	3 – 6 meses	<6 meses	>24 meses e ou <3 meses

ieq76						
Nº empregos ieq77a	7	3	3	6	4	1
Inscrito no CTE ieq114	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não
SD ou SSD ieq115	Sim	Sim	Não	Sim	Recusa a responder; Não	Recusa a responder; Não
Situação anterior ao desemprego ieq120	A trabalhar	A trabalhar	A trabalhar; A estudar; Outra situação	A trabalhar	A trabalhar	A estudar ou a frequentar um curso de formação; A trabalhar.
Escolaridade ieq85	Básico	Básico	Secundário	Secundário	Superior	Superior
Género ieq3	Mas.;Fem.	Mas.;Fem.	Mas.;Fem.	Mas.;Fem.	Mas.;Fem.	Mas.;Fem.
Estado civil ieq5		Div.; Viúv		Todos		Solteiros
Idade ieq4	55-64	55-64	25-34	25-34	15-24	15-24
CAE ieq72	Indústria Transformadora; Captação, Tratamento e Distribuição de Água e Saneamento; Electricidade e do Gás	Indústria Transformadora; Atividades Imobiliárias	Transportes e Armazenagem; Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio; Atividades Artísticas, Espectáculos e Recreativas; Atividades das Famílias Empregadoras de Pessoal Artístico	Educação; Administração Pública e Defesa e Segurança Social; Agricultura e afins; Transporte e Armazenagem; Atividades de Informação e comunicação; Atividades financeiras e de seguros; Captação, tratamento e distribuição de água	Comércio por Grosso e a Retalho; Reparação de Veículos Automóveis e Motociclos; Alojamento, Restauração e Similares; Educação; Atividades de Informação e Comunicação; Setor Financeiro e Segurador	Alojamento, Restauração e Similares; Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio; Atividades das Famílias empregadoras de Pessoal Artístico; Atividades de Saúde Humana e Apoio Social; Atividades Artísticas, de Espetáculos, Desportivas e Recreativa
CNP ieq73	Operadores de Instalações e máquinas; Trabalhadores de Montagem	Operários, artífices; Operadores de instalações de máquinas de montagem	Empregados dos Serviços e Vendedores; Administrativos e funções similares	Profissões intelectuais e científicas; Forças Armadas,	Quadros Superiores da Administração Pública ou Dirigentes da Empresas; Profissões Intelectuais e Científicas; Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas; Forças Armadas	Quadros Superiores da Administração Pública ou Quadros Superiores de Empresas; Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas

Da análise da tabela anterior, salienta-se a existência de algumas diferenças nos perfis em 2001 e em 2010, as quais apesar de revelarem alguma heterogeneidade nos perfis, nos anos em análise, não permitem concluir pela alteração significativa dos perfis de desempregados. As principais alterações podem ser esquematizadas da seguinte forma:

Figura 3.1. Principais alterações nos Perfis de desempregados entre 2001 e 2010





Assim, o nível de escolaridade parece ser uma das variáveis que influencia a condição de entrada na situação de desemprego, e a sua duração. Uma constatação interessante é a de que esta influência é exercida em sentido contrário nos dois anos de referência.

Por um lado, os dados permitem observar que no caso dos DLD e Pouco Qualificados (Perfil 1), se assistiu a uma aumento da duração do desemprego, entre 2001 e 2010 (>12 meses e >24 meses, respetivamente) e que este aumento também se verificou no caso dos Jovens Graduados (Perfil 3), cuja duração do desemprego aumentou substancialmente entre os anos de referência (de <6 meses em 2001 para <24 meses em 2010). Este fato, poderá ser um indicador de que o tecido empresarial e económico português não estará a conseguir criar emprego nas áreas de formação académica superior, das quais os jovens diplomados são detentores. Se em 2001, os diplomados apresentavam um desemprego de curta duração, em 2010, a duração do desemprego aumentou significativamente para além de que os resultados parecem contrariar o efeito de retorno positivo na educação, defendido por autores como Portugal (2004).

Por outro lado, as qualificações intermédias parecem ser aquelas que favorecem a empregabilidade, uma vez que no caso dos Desempregados Qualificados e Precários (Perfil 2), se verificou uma redução da duração do desemprego entre 2001 e 2010 (de >24 meses em 2001 para 3-12 meses em 2010). Tendo-se assistido nos últimos anos a um incremento da oferta escolar e formativa para conclusão do secundário, com o consequente aumento do número de pessoas com este nível de qualificação, este fato ao ter contribuído para a diminuição da duração do desemprego, poderá sugerir que o tecido empresarial e económico

português valoriza mais as qualificações intermédias e não tanto as qualificações de nível superior. Este estudo seria de extrema importância para aferir o grau de ajustamento entre a oferta de qualificação em Portugal e o tipo de qualificações exigidas pelo tecido empresarial português.

Quanto ao efeito do subsídio de desemprego, sobre a duração do desemprego, verifica-se que no caso dos DLD Pouco Qualificados em 2001 e em 2010 (Perfil 1), a recepção de subsídio de desemprego e do RSI, poderá contribuir para o aumento da duração do desemprego, se tivermos em consideração na análise, que estes desempregados utilizam como principal diligência de procura ativa de emprego, o contacto com o Centro de Emprego, o que sendo um requisito de natureza administrativa para manutenção das prestações poderá evidenciar ainda, pouca proatividade conducente à reinserção no mercado de trabalho, tal como o verificado no estudo efetuado por Pellizzari (2006). Embora, na sua maioria, os Desempregados Qualificados e Precários, em 2001 (Perfil 2), não recebam o subsídio de desemprego, a ajuda monetária de terceiros e a receção de rendimento mínimo garantido, também parecem potenciar a duração do desemprego, embora neste caso, pareça existir alguma proatividade nas diligências de procura ativa de emprego, pois os indivíduos afirmam no IE, procurar ofertas de emprego. De referir que o IE não contempla informação quanto ao tipo de ofertas procuradas pelos inquiridos.

No entanto, este possível efeito potenciador do subsídio de desemprego sobre a duração do desemprego, não se parece verificar no caso dos Desempregados de Curta Duração, Qualificados e Precários em 2010 (Perfil 2) que recebem subsídio de desemprego e cuja duração do desemprego é inferior a 6 meses e as diligências de Procura Ativa de Emprego se centram essencialmente nos contactos com o Centro de Emprego. Ao analisarmos os setores de atividade económica que determinaram o desemprego, verifica-se a predominância do setor da educação, da administração pública, defesa e segurança social, setores que em 2009 e em 2010, conheceram uma redução de pessoal, nomeadamente ao nível dos trabalhadores com contrato a termo certo e com contrato de prestação de serviços. A existência de uma influência direta deste fluxo de trabalhadores na taxa de desemprego, mereceria um estudo mais aprofundado, fora do âmbito deste trabalho. No entanto, acreditamos que o mesmo poderá ter influenciado a duração do desemprego neste perfil, devido ao momento de realização do IE (4º trimestre de 2010). Seria interessante realizar um estudo longitudinal para perceber se estes desempregados reintegraram o mercado de trabalho, ou se passaram a ser DLD. O mesmo efeito poderá ter-se verificado nos desempregados do setor das atividades

financeiras e de seguros, devido à crise financeira e económica em 2008, que afectou fortemente este setor.

Relativamente aos Jovens Graduados (Perfil 3), eles passaram de desempregados de curta duração em 2001 para DLD em 2010 e em nenhum dos anos de referência, eles declararam estar a receber subsídio de desemprego. Parece tratar-se de um grupo proativo nas diligências de procura ativa de emprego e cuja situação de precariedade no mercado de trabalho parece evidenciar-se pelo facto de muitos trabalharem como trabalhadores independentes, uma vez que até aos 25 anos, em 2010, a grande percentagem dos indivíduos apenas tinha conseguido um emprego até à data de realização do IE. Esta situação em 2001, não parecia tão grave, uma vez que a maior parte dos jovens na mesma faixa etária, já tinha conseguido 4 empregos. Sem acesso ao subsídio de desemprego, estes jovens contam com a ajuda da família ou de terceiros a nível financeiro. Uma outra análise que poderá ser realizada a partir da proatividade demonstrada nas diligências de procura ativa de emprego é a de que essa poderá evidenciar o efeito provocado pelo salário de reserva, o qual se pode perspectivar como elevado no caso dos indivíduos diplomados. Estes resultados parecem ir ao encontro dos resultados obtidos por Kettunen (1997).

Quanto aos setores de atividade que originaram desemprego entre os Jovens Diplomados, o Comércio por Grosso e o setor Automóvel parecem ter sido os principais responsáveis pelo fenómeno em 2001, mas em 2010, os setores do Alojamento, Restauração e Similares e das Atividades Administrativas e dos Serviços de Apoio foram os que originaram mais desemprego, ao nível das profissões/funções mais elevadas na estrutura hierárquica das entidades e empresas.

Os dados permitem ainda verificar que o setor da Indústria Transformadora no caso dos DLD e Pouco Qualificados é o responsável pela situação de desemprego deste perfil, em 2001 e em 2010, fenómeno que poderá estar relacionado com a diminuição na última década da representatividade da indústria no tecido empresarial português. As práticas de despedimento coletivo ou encerramento da empresa por parte das empresas, que podem estar na origem deste perfil de desempregados, parecem confirmar a tendência de diminuição da representatividade do setor.

Os contratos a termo certo celebrados pelas empresas, por outro lado, têm uma maior representatividade em 2010 do que em 2001, sugerindo uma maior rotatividade dos trabalhadores pelas empresas, na faixa etária dos 25-34 anos, pois duplicou neste espaço

temporal, o número de empregos significativos ao longo do percurso profissional dos indivíduos. Este aumento do número de empregos, apesar de coincidir com uma menor duração do desemprego, poderá também significar uma menor estabilidade no emprego. Seria importante investigar no caso dos indivíduos com este perfil, qual a evolução salarial registada entre empregos, para compreender o nível de estabilidade no emprego, obtido por estes indivíduos.

O modelo de análise desenhado (Fig. 2.1) parece ser parcialmente validado, Assim, no caso dos fatores comportamentais e situacionais, o tipo de vínculo contratual parece exercer alguma influência indireta sobre a duração do desemprego, nomeadamente a existência de contratos de duração limitada, a qual necessitaria de ser melhor investigada, uma vez que a relação infere-se pelo número de empregos significativos que o desempregado teve ao longo do seu percurso profissional. Por outro lado, o setor de atividade gerador da situação de desemprego do indivíduo, parece influenciar a duração do desemprego no caso dos indivíduos com menos qualificações, pois nos dois momentos em análise, foi a Indústria Transformadora, a mais responsável pelo situação de desemprego e pelo aumento da duração do mesmo. De referir ainda que a diversidade dos comportamentos de procura ativa de emprego parece contribuir para a diminuição da duração do período de desemprego, no caso dos indivíduos do Perfil 2, no caso de 2010.

Relativamente às características sócio-demográficas, os dados parecem ser confirmatórios, na medida em que algumas destas características como o nível de escolaridade, a receção de prestações de desemprego ou outras prestações sociais influenciam a duração do desemprego em 2001 e em 2010.

Os resultados obtidos por aplicação do modelo GoM aos dados permitem adicionalmente quantificar o grau de heterogeneidade presente nos dois universos analisados, por contabilização, com base nas estimativas dos vetores de pertenças parciais, do número de indivíduos posicionados nas ou entre tipologias. Se usarmos a estatística

$$gh = 1 - \frac{\text{Indivíduos nas tipologias}}{\text{Total de indivíduos}} \quad (1)$$

como medida de heterogeneidade do universo em análise, verificamos que em 2001 os padrões do desemprego eram mais rígidos do que em 2010, respetivamente 0.441 e 0.757 (Tabela 3.5.).

Tabela 3.4. *Distribuição de indivíduos na estrutura tipológica do desemprego (valores em percentagem)- por cada Tipologia*

Ano	Tipologia de desempregados			Total
	1	2	3	
2001	24.1	16.9	15.0	55.9
2010	10.1	7.5	6.7	24.3

Tabela 3.5. *Distribuição de indivíduos na estrutura tipológica do desemprego (valores em percentagem)- entre Tipologias*

Ano	Entre Tipologias de desempregados				Total
	1-2	2-3	1-3	1-2-3	
2001	7.2	27.1	6.2	3.6	44.1
2010	19.7	20.1	18.2	17.8	75.7

Ou seja, a evolução dos perfis do desemprego de 2001 para 2010 parece, por um lado, apresentar uma tendência de diminuição da rigidez dos perfis, observável na diminuição entre 2001 e 2010, da percentagem de indivíduos da amostra presente em cada uma das Tipologias (ver Tabela 3.4.).

Por outro lado, entre 2001 e 2010, os dados apontam para um aumento da percentagem de indivíduos que se situa na zona fronteiriça entre perfis, e que partilham características das diferentes Tipologias de desempregados (ver Tabela 3.5.). Parece assim, existir em 2010, uma maior heterogeneidade no universo em análise.

A análise da heterogeneidade presente na aresta 1-2 (Quadro 3.4.), representada por 7,2% dos indivíduos da amostra em 2001, e por 19,7% dos indivíduos da amostra no mesmo ano, sugere que estes indivíduos partilham complementarmente das características dos perfis que identificam os respetivos extremos. Assim, verificou-se que em 2001, os indivíduos presentes nesta aresta, partilhavam características com o perfil 1 (DLD e Pouco Qualificados), como a idade, o nível de escolaridade, a razão de saída do último emprego, as diligências de PAE e a CAE do último emprego.

Relativamente ao perfil 2 (DLD, Qualificados e Precários), são partilhadas pelos indivíduos nesta aresta, características como a duração do desemprego, a não receção de subsídio de desemprego e a CNP do último emprego. Em 2010, os indivíduos presentes nesta aresta, partilhavam com o perfil 1 (DLD e Pouco Qualificados) as características relativas à não receção de reforma ou pensão, o subsídio de desemprego como a principal fonte de rendimento, o contacto com o Centro de Emprego como principal diligência de PAE, o número de empregos significativos, a inscrição no Centro de Emprego, a receção de subsídio de desemprego e o nível básico de escolaridade. As características referidas no caso do perfil 1, são também partilhadas com o perfil 2 (Desempregados de Curta Duração, Qualificados e Precários) com exceção do nível de escolaridade (perfil 2= secundário / aresta 1-2= básico) e do número de empregos significativos. O fato dos indivíduos presentes na aresta 1-2 em 2010, partilharem várias características comuns ao perfil 1 e ao perfil 2, parece ser mais um indicador da existência em 2010 de uma maior heterogeneidade entre os desempregados, pois cada indivíduo apresenta um grau de pertença diferenciado a cada perfil.

Quadro 3.4. Caracterização das arestas 1-2 e 1-3 em 2001 e em 2010

Aresta 1 – 2 (n= 330)				Aresta 1 - 3			
Variável n°	Nome	Descrição da categoria com maior frequência		Variável n°	Nome	Descrição da categoria com maior frequência	
		2001	2010			2001	2010
ieq3	Género	Fem	Fem	ieq3	Género	Fem	Fem
ieq4	Idade	35-44	45-54	ieq4	Idade	45-54	35-44
ieq5	Estcivil	casado	casado	ieq5	Estcivil	casado	casado
ieq72*	CAE	Indústria Transformadora	Comércio por Grosso e retalho, rep. v. Aut.	ieq72*	CAE	Indústria Transformadora	Indústria Transformadora
ieq73*	CNP	Pessoal dos serviços e vendedores	Técnicos e profissionais de nível intermédio	ieq73*	CNP	Operários, artífices e trab. similares	Operários, artífices e trab. similares
ieq85**	Nível de escolaridade	Básico	Básico	ieq85**	Nível de escolaridade	Básico	Básico
ieq19	ieq19_1	Contato com Centro de emprego	Contacto com Centro de emprego	ieq19	ieq19_1 ieq19_3	Contato direto com empregadores	Contato com Centro de emprego
ieq23	q23_2	Não recebe pensão ou reforma	Não recebe pensão ou reforma	ieq23	q23_2	Não recebe pensão ou reforma	Não recebe pensão ou reforma
ieq24	Ieq24_3 ieq24_4	Rendimento do Subsidio social de desemprego Rendimento de ajudas em	Rendimento do subsidio de desemprego	ieq24	ieq24_3 ieq24_6	Rendimento do subsidio de desemprego	Rendimento do RSI

	ieq24_10	espécie ou dinheiro					
ieq71	ieq71_1	Despedimento coletivo ou encerramento da empresa	Despedimento coletivo ou encerramento da empresa	ieq71	ieq71_1	Despedimento coletivo ou encerramento da empresa	Despedimento coletivo ou encerramento da empresa
ieq74	ieq74_1	Trabalho por conta de outrém	Trabalho por conta de outrém	ieq74	ieq74_1	Trabalho por conta de outrém	Trabalho por conta de outrém
ieq76	ieq76_3 ieq76_5	Desempregado há mais de 24 meses	Desempregado entre 6 e 12 meses	ieq76	ieq76_4 ieq76_5	Desempregado entre 12 e 24 meses	Desempregado há mais de 24 meses
ieq77a	ieq77a_2 ieq77a_3	2 empregos significativos	3 empregos significativos	ieq77a	ieq77a_2 ieq77a_3	2 empregos significativos	3 empregos significativos
ieq114	ieq114_1	Inscrito em Centro de emprego	Inscrito em Centro de emprego	ieq114	ieq114_1	Inscrito em Centro de emprego	Inscrito em Centro de emprego
ieq115	ieq115_1 ieq115-2	Não recebe subsidio de desemprego	Recebe subsídio de desemprego	ieq115	ieq115_1 ieq115-2	Recebe subsídio de desemprego	Não recebe subsidio de desemprego
ieq120	ieq120_1	Exercício de atividade profissional	Exercício de atividade profissional	ieq120	ieq120_1	Exercício de atividade profissional	Exercício de atividade profissional

Variável codificada a 2 dígitos

**Variável codificada

A análise da aresta 1-3 (Quadro 3.4.) na amostra de 2001, revela a existência de 6,2% de indivíduos que partilham características com o perfil 1 (DLD e Pouco Qualificados) e 18,2% com o perfil 3 (Jovens, Graduados e Desempregados de Curta Duração). Em 2001, no caso do perfil 1, as características partilhadas pelos indivíduos desta aresta são: a idade, a CAE do último emprego, o nível de escolaridade, o subsídio de desemprego como fonte de rendimento, a razão de saída do último emprego, a duração do desemprego e a inscrição no centro de emprego. Relativamente ao perfil 3, são comuns aos indivíduos presentes nesta aresta, as características de contacto direto com empregadores enquanto diligência de PAE e o número de empregos anteriores significativos.

Em 2010, no caso do perfil 1, as características partilhadas com os indivíduos desta aresta são: a CAE do último emprego, a CNP do último emprego, o nível de escolaridade, a não receção de reforma ou pensão, o subsídio de desemprego como principal fonte de rendimento, a razão de saída do último emprego, a duração do desemprego e a inscrição no centro de emprego. Os indivíduos presentes nesta aresta partilham com o perfil 3 em 2010, a não receção de reforma ou pensão, a duração do desemprego e a não receção de subsídio de desemprego.

Face a estes resultados, poderemos dizer que o agregado de características dos desempregados, mostra pouca evidência de segmentos isolados, já que a heterogeneidade verificada nos indivíduos do universo em análise traduz a difusidade existente.

CONCLUSÃO

Devido às elevadas e crescentes taxas de desemprego verificadas atualmente nos países da UE, e especialmente em Portugal, uma análise mais fina e detalhada do desemprego torna-se urgente e indispensável para definição de políticas de emprego que contrariem as tendências mais recentes.

A investigação empírica nesta área tem procurado analisar à luz das várias teorias económicas, as variáveis caracterizadoras do desemprego e da sua duração. Como já foi referido anteriormente, os estudos empíricos incidem sobre as variáveis de forma

independente, sem oferecer uma visão conjunta das características dos indivíduos e da sua relação com a duração do desemprego.

Com este estudo, procurámos: i) apreciar a heterogeneidade do desemprego; ii) conhecer as características dos desempregados; iii) e a evolução dos perfis de desempregados, numa tentativa de construção de tipologias de desempregados em 2001 e em 2010 em Portugal.

A análise dos microdados do IE referentes ao 4º trimestre de 2001 e de 2010, com recurso à ferramenta estatística “Conjuntos Difusos- Fuzzy Clustering”, permitiu a definição de 3 tipologias/perfis de desempregados, em cada um dos anos de referência.

Em 2001, os resultados empíricos apontam para a existência de um segmento que agrupa os desempregados de longa duração (DLD) pouco qualificados (Perfil1); outro segmento de desempregados também de longa duração, mas qualificados que enfrentaram situações de precariedade no mercado de trabalho; e finalmente o segmento dos graduados, jovens envolvidos em situações de desemprego de curta duração. Os perfis em 2010 são ligeiramente diferentes e sugerem o agravamento da situação do desemprego pouco e também muito qualificado. O desemprego de natureza estrutural persiste, agrupando os trabalhadores pouco qualificados e DLD; o outro grupo agrega os desempregados de curta duração, qualificados e precários; e finalmente os jovens altamente qualificados que se encontram agora em situação de desemprego há mais de um ano (DLD).

Esta descrição dos perfis revelou algumas diferenças na composição do desemprego nos dois anos em análise. É de salientar a passagem de desemprego de curta duração para desemprego de longa duração no caso dos graduados, podendo constituir esta última tendência um fator negativo para a capacidade concorrencial da economia portuguesa. Por outro lado, os desempregados pouco qualificados, viram a sua situação de desemprego ainda mais agravada. Outra conclusão interessante é a de que, as qualificações intermédias parecem ser aquelas que favorecem a empregabilidade, uma vez que no caso dos Desempregados Qualificados e Precários (Perfil 2), se verificou uma menor duração do desemprego em 2010, do que em 2001. Foi possível constatar neste perfil, uma maior rotatividade dos trabalhadores pelas empresas em 2010 do que em 2001, uma vez que se verificou um aumento do número de empregos significativos relatados pelos inquiridos. Esta rotatividade, permite inferir a possível influência exercida pela tendência crescente da realização de contratos a termo certo por parte das empresas. Apesar da rotatividade coincidir com uma menor duração do desemprego, poderá também significar uma menor estabilidade no emprego. Seria importante

investigar no caso dos indivíduos com este perfil, qual a evolução salarial registada entre empregos, para compreender o nível de estabilidade no emprego, obtido por estes indivíduos.

Os resultados obtidos poderão constituir uma fonte de informação importante para uma futura análise da adequabilidade das políticas de emprego implementadas em Portugal, nos últimos anos. O estudo permitiu confirmar a existência em 2001 e em 2010 de um perfil de desempregados, que reflete a manutenção da natureza estrutural do desemprego em Portugal (perfil 1- DLD e Pouco Qualificados), decorrente das características do tecido produtivo nacional e da natureza da sua especialização produtiva. Tendo sido a Indústria Transformadora, um dos principais setores responsáveis por este perfil de desempregados, em 2001 e 2010, poderemos questionar a forma como este setor se tem procurado adaptar às exigências e mudanças a nível tecnológico, nomeadamente ao nível da “*inovação de processo*” e do perfil de competências necessário para a sua implementação. Face aos resultados obtidos, somos levados a inferir que será necessário continuar a investir na qualificação dos recursos humanos e na modernização do setor produtivo nacional.

Neste sentido, os resultados obtidos sugerem que os indivíduos com qualificações intermédias estão menos expostos ao desemprego de longa duração comparativamente aos diplomados do ensino superior. Todavia, este aparente benefício poderá estar também associado à flexibilidade do mercado de trabalho. Do seu lado, este resultado poderá também ser objeto de reflexão por parte dos decisores políticos, de forma a que o investimento no ensino superior possa ter em conta as áreas profissionais potenciadoras de maior empregabilidade e mais requisitadas pelo tecido empresarial português. Desta forma, seria importante conhecer qual a taxa de empregabilidade das diversas áreas de qualificação no ensino superior, como contributo para a definição de políticas de emprego.

Este estudo contribuiu ainda para constatar que o desemprego em Portugal nos anos de 2001 e de 2010 é heretogéneo e, como tal, apela para intervenções públicas diferenciadas e orientadas aos diferentes segmentos da população desempregada.

Consideramos que este estudo ao constituir uma primeira tentativa de construção de tipologias de desempregados em Portugal em dois momentos da história recente, justificaria a realização de um estudo idêntico posterior, com recurso aos dados médios anuais apurados através do IE. Seria assim possível perceber as tendências de caracterização dos desempregados e assim obter uma medida indireta de avaliação do impacto das políticas de emprego em Portugal. Consideramos ainda que este estudo, ao ser realizado através da análise dos microdados

presentes no IE, enquanto instrumento que respeita as diretivas comunitárias aprovadas pelo Eurostat para o Inquérito Comunitário (Labour Force Survey- LFS), abre caminho para um estudo comparativo entre países europeus, tirando partido da comparabilidade da informação disponível nos diferentes países. Ao ser replicado noutros países europeus que também seguem estas diretivas comunitárias, seria possível constatar se a difusidade existente nos perfis de desempregados em Portugal, estará ou não presente nesses países. Seria assim possível definir políticas europeias de combate ao desemprego que tivessem em linha de conta a realidade da heterogeneidade dos indivíduos desempregados em cada país.

Face ao aumento da taxa de desemprego em Portugal verificada desde 2010 (15,2% em Abril de 2012- Eurostat), consideramos que este estudo deveria ser replicado no futuro com uma periodicidade anual, considerando os dados presentes no IE relativos à média anual. Desta forma, seria possível recolher informação anual sobre os perfis de desempregados para a definição e ajustamento constante das políticas de emprego.

Como último comentário, gostaríamos de reconhecer o IE como sendo um instrumento fundamental de recolha de informação sobre o fenómeno do emprego/desemprego em Portugal e referir que a aplicação da abordagem estatística dos “conjuntos difusos- (“*fuzzy clustering*”))”, numa situação em que todos os indivíduos respondessem a todas as questões do questionário, contribuiria ainda mais para a afinação dos perfis de desempregados.

FONTES

Decreto- Lei nº 220/2006 de 3 de Novembro. *Diário da República, 1.a série—N.º 212—3 de Novembro de 2006.*

Decreto- Lei nº 72/2010 de 18 de Junho. *Diário da República 1.ª série — N.º 117 — 18 de Junho de 2010.*

Decreto- Lei nº 64/2012 de 15 de Março. *Diário da República 1.ª série — N.º 54 — 15 de Março de 2012.*

Microdados do Inquérito ao Emprego 2001, 2010. Instituto Nacional de Estatística- GPEARI.

BIBLIOGRAFIA

- Alves, N. (2008), "Evolução do PIB e desemprego: Portugal e a média da União Europeia, 1998-2007" (Online). Disponível em :<http://observatorio-das-desigualdades.cies.iscte.pt>
- Atkinson, A., Micklewright, J. (1991), Unemployment Compensation and Labor Market Transitions: A critical review. *Journal of Economic Literature*. XXXIX , (1991), pp. 1679-1727.
- Bertola, G., Blau, F.D., e Khan, L.M. (2002). Comparative analysis of labour market outcomes: lessons for the U.S. from international long run evidence, em Krueger, A., Solow , R. (Eds), *The roaring nineties: Can full employment be sustained?* Russel Sage and Century Foundations, New York, pp. 159-218.
- Biagi, F. e Lucifora, C. (2008). Demographic and education effects on unemployment in Europe, *Labour economics*, 15, (2008), pp. 1076-1101.
- Borjas, George (2010.), *Labor economics*, New York, McGraw- Hill International Edition. 5th edition.
- Boyer, R. (1986), *La flexibilité du travail en Europe*, Paris, La Découverte. pp. 281-286.
- Bratberg, E., Vaage, K. (2000). Spell durations with long unemployment insurance periods, *Labour Economics*, 7, (2000), pp. 153-180.
- Cahuc, P., Postel-Vinay, F. (2002), Temporary Jobs, employment protection and labor market performance, *Labour economics*, 9, (2002), pp. 63-91
- Carneiro, R. (2005), *Uma avaliação da criação de destruição de emprego em Portugal na década de 2000-2010*, Lisboa, DGEEP, MTSS.
- Centeno, M. , Novo, A. (2006), The impact of unemployment insurance generosity on match quality distribution, *Economics Letters*, 93, (2006), pp. 235-241.
- Centeno, L., Centeno, M. e Novo, A. (2009), Evaluating job-search programs for old and young individuals: heterogeneous impact on unemployment duration, *Labour Economics*, 16 (2009), pp. 12-25.
- Centeno, M. , Maria, J.R. e Novo, A.A (2009), Desemprego: Oferta, procura e instituições: a economia portuguesa no contexto da integração económica, financeira e monetária. Departamento de estudos económicos, em *Banco de Portugal*, pp. 219-262.
- Eckstein, Z., Van den Berg, G.(2006). "Empirical Labor search: a survey", *Journal of Econometrics*, 136 (2007), pp. 531-564.
- Furia, D., Castagna, A., Mattoscio, N. e Scamuffa, D. (2010), Education and labour market in the age of globalization: some evidence for EU-27, *Procedia Social and Behavioral Sciences*, 9, (2010), pp. 1140-1144.
- Isengard, B. (2003), Youth Unemployment: individual risk factors and institutional determinants. A case study of Germany and the United Kingdom, *Journal of Youth Studies*, 6, (4), 2003, pp. 357-376.
- Kettunen, J. (1996), Duration- dependent features of unemployment insurance, *Economics Letters*, 51, (1996), pp. 115-121.
- Kettunen, J. (1997), Education and Unemployment Duration, *Economics of Education Review*, 16, (2), pp. 163-170.

- Keynes, J.M. (1967), *The general theory of employment interest and money*, Macmillan, 1967.
- Kovács, Ilona (2005), Emprego flexível em Portugal: Alguns resultados de um projecto de investigação, *Flexibilidade de Emprego: Riscos e Oportunidades*, Oeiras, Celta Editora.
- Moniz, A., Kovács, I., Barroso, S. (2001). Futuros do Emprego na sociedade da Informação em *Colecção Cadernos de Emprego*, Ministério do Trabalho e da Segurança Social, DGEFP.
- Mortensen (1999), “New developments in models of search in the labor market”, em Ashhenfelter, O. Card. D. (eds), *Handbook of labor economics*, vol III. North- Holland, Amsterdam.
- Pellizzari, M. (2006), Unemployment duration and the interactions between employment insurance and social assistance, *Labour economics*, 13 (2006), pp. 773-798.
- Pianta, M. (2004),” Innovation and Employment”, em *The Oxford Handbook of innovation*. Chapter 21. pp.568-598.
- Portugal, P. (2004), Mitos e Factos sobre o mercado de trabalho português: a trágica fortuna dos licenciados, Banco de Portugal, *Boletim Económico*, Março 2004.
- Rodrigues, M. J.(1987), Sob o signo da crise: o contributo da teoria da regulação para as problemáticas do desenvolvimento, *Sociologia*, 1987, pp.127-148.
- Rodrigues, M. J. (1987), *O Sistema de emprego em Portugal- crise e mutações*, Publicações D. Quixote.
- Rodrigues, M. J. (2004), *Agenda Económica e Social da União Europeia- A Estratégia de Lisboa*, Lisboa, Publicações D. Quixote.
- Sarmiento, E. A. Nunes, (2011). *Criação de Empresas em Portugal e Espanha: análise comparativa com base nos dados do Banco Mundial*, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico, WP 08/2011.
- Simões, N. e Helena Lopes (2010), “Portugal- control and activation as major policy guidelines.”, em Florence Lefresne (org), *Unemployment benefit systems in Europe and North America: reforms and crisis*, European Trade Union Institute, Institut de Recherches Economiques et Sociales.
- Smith, Stephen (2003), *Labour Economics*, Routledge, London and New York.
- Suleman, A. (2009), *Abordagem Estatística de Conjuntos Difusos*, Lisboa, Edições Sílabo.
- Theodossiou, I. e Zangelidis, A. (2009). Should I stay or should I go? The effect of gender, education and unemployment on labour market transitions, *Labour Economics*,16, (2009), pp. 566-577.
- Varejão, J., Portugal, P. (2003). *Why do firms use Fixed-Term Contracts?* Banco de Portugal. Economic Research Department, 2003, WP 8-03.

LINKS CONSULTADOS

<http://laborsta.ilo.org/STP/guest>

http://ec.europa.eu/eu2020/index_en.htm

http://epp.eurostat.ec.europa.eu/statistics_explained/index.php/

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=71024&DESTAQUESmodo=2

http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_main

ANEXOS

A abordagem específica do problema no domínio desta investigação considerou $J^* = 11$ variáveis internas (anexo A), respeitantes à situação de desemprego dos inquiridos e $J^* = 7$ variáveis externas, relativas a características dos inquiridos (anexo B).

Anexo A- Variáveis Internas

Nº	Nome	Descrição
ieq19	ieq19_1	Contacto com Centro de Emprego
	ieq19_2	Contacto com agências privadas
	ieq19_3	Contacto direto com empregadores
	ieq19_4	Contacto com pessoas conhecidas ou sindicatos
	ieq19_5	Colocação ou resposta a anúncios
ieq23	ieq23_1	Receber reforma ou pensão
	q23_2	Não receber reforma ou pensão
ieq24	ieq24_2	Rendimento da Reforma ou pensão
	ieq24_3	Rendimento do subsídio de desemprego
	ieq24_4	Rendimento do Subsídio social de desemprego
	ieq24_5	Rendimento de outros subsídios
	ieq24_6	Rendimento do RSI
	ieq24_7	Rendimento de lucros, dividendos ou rendas
	ieq24_10	Rendimento de ajudas em espécie ou dinheiro
	ieq24_11	Rendimento de dependência da família ou outros
ieq71	ieq71_1	Despedimento coletivo ou encerramento da empresa
	ieq71_2	Despedimento individual
	ieq71_3	Rescisão por mútuo acordo
	ieq74_4	Trabalho de duração limitada
	ieq74_5	Necessidade de cuidar de outros

	ieq71_6 ieq71_7 ieq71_8 ieq71_9 ieq71_10 ieq71_12 ieq71_13	Outras razões pessoais ou familiares Doença ou incapacidade pessoal Estudo ou formação Reforma antecipada Reforma por velhice Fim de negócio pessoal Outra razão
ieq74	ieq74_1 ieq71_2 ieq71_3 ieq71_4 ieq71_5	Trabalho por conta de outrem Trabalho por conta própria como isolado Trabalho por conta própria como empregador Trabalho para pessoas de família sem remuneração Outra situação
ieq76	ieq76_1 ieq76_2 ieq76_3 ieq76_4 ieq76_5	Desempregado há menos de 3 meses Desempregado entre 3 a 6 meses Desempregado entre 6 e 12 meses Desempregado entre 12 e 24 meses Desempregado há mais de 24 meses
ieq77a	ieq77a_miss ieq77a_1 ieq77a_2 ieq77a_3 ieq77a_4 ieq77a_5 ieq77a_6 ieq77a_7 ieq77a_8 ieq77a_9 ieq77a_10	Missing 1 emprego significativo 2 empregos significativos 3 empregos significativos 4 empregos significativos 5 empregos significativos 6 empregos significativos 7 empregos significativos 8 empregos significativos 9 empregos significativos 10 empregos significativos
ieq114	ieq114_1 ieq114_2	Inscrito em Centro de emprego Não inscrito em Centro de emprego
ieq115	ieq115_miss ieq115_1	Missing Recebe subsídio de desemprego

	ieq115-2	Não recebe subsídio de desemprego
ieq120	ieq120_1	Exercício de atividade profissional
	ieq120_2	Estudo ou frequência de um curso de formação
	ieq120_4	Ocupação com tarefas domésticas
	ieq120_5	Outra situação

Anexo B- Variáveis Externas

Nº	Abrev.	Descrição	Categoria
ieq3	Género	Género	Mas, Fem
ieq4	Idade	Idade do inquirido	15-24;25-34,35-44;45-54;55-64,+64
ieq5	Estcivil	Estado civil	Solteiro; casado, viúvo, divorciado
ieq72*	CAE	Código atividade económica do último emprego	01-04;05-09;10-33;35;36-39;41-43;45-47;49-53;55-56,58-63;64-66;68;69-75;77-82;84;85;86-88;90-93;94-96;97
ieq73*	CNP	Código Nacional de Profissões do último emprego	11-13;21-24;31-34;41-42;51-52;61-62;71-74;81-83;91-93;01
ieq85**	Nível de escolaridade	ieq85_1	Básico
		ieq85_2	Secundário
		ieq85_3	Superior

*Variável codificada a 2 dígitos"

**Variável codificada

Anexo C- Níveis de resposta para ieq72

Nível	Intervalo das respostas	Designação do nível (CAE)
1	01-03	Agricultura, produção animal, caça floresta e pesca
2	05-09	Indústrias extrativas
3	10-33	Indústrias transformadoras
4	35	Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio
5	36-39	Captação, tratamento e distribuição de água, saneamento, gestão de resíduos e poluição
6	41-43	Construção

7	45-47	Comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos automóveis e motociclos
8	49-53	Transportes e armazenagem
9	55-56	Alojamento, restauração e similares
10	58-63	Atividades de informação e de comunicação
11	64-66	Atividades financeiras e de seguros
12	68	Atividades imobiliárias
13	69-75	Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
14	77-82	Atividades administrativas e dos serviços de apoio
15	84	Administração pública e defesa, segurança social e obrigatória
16	85	Educação
17	86-88	Atividades de saúde humana e apoio social
18	90-93	Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
19	94-96	Outras actividades de serviços
20	97	Atividades das famílias empregadoras de pessoal artístico e atividades de produção das famílias para uso próprio
21	99	Atividades dos organismos interbacionais e outras instituições extr-territoriais

Anexo D- Níveis de resposta para ieq73

Nível	Intervalo das respostas	Designação do nível (CNP)
1	11-13	Quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas
2	21-24	Especialistas das profissões intelectuais e científicas
3	31-34	Técnicos e profissionais de nível intermédio
4	41-42	Pessoal administrativo e similares
5	51-52	Pessoal dos serviços e vendedores
6	61-62	Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas
7	71-74	Operários, artífices e trabalhadores similares
8	81-83	Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
9	91-93	Trabalhadores não qualificados
10	01	Forças armadas

Anexo E- Estimativas dos perfis puros (Tipologias)-2001

Solução para criterium 1,25 e limiar 90

Perfis		Puros	1	2	3
Variável	Cat	Freq			
ieq85	basico	84,58	90,36	78,82	85,00
Habilitações	secund	9,80	6,48	16,38	5,82
	superi	5,62	3,16	4,80	9,18
ieq19_1	Contacto com C. Emprego	55,62	96,81	87,24	0,00
Diligências de Procura de emprego	Contacto com Ag. Privadas	2,31	0,00	0,00	5,85
	Contacto com empregadores	23,05	0,00	0,00	58,48
	Pessoas conhecidas/sindicatos	10,09	0,00	0,00	25,59
	Colocação/resposta a anúncios	2,45	1,59	0,00	5,05
	Análise anúncios	4,03	0,00	12,76	0,00
	Participação em concursos, etc	1,59	1,60	0,00	2,84
	Procura terrenos, instalações	0,86	0,00	0,00	2,19
ieq23	sim	2,31	6,86	0,00	0,00
Receção de reforma ou pensão	não	97,69	93,14	100,00	100,00
ieq24	Reforma ou pensão	1,01	3,12	0,00	0,00
Principal fonte de rendimento	Subsídio de desemprego	28,39	87,95	0,00	0,00
	Subsídio social de desemprego	2,88	8,93	0,00	0,00
	Outros subsídios	2,45	0,00	6,62	0,00
	Lucros, dividendos, rendas	3,31	0,00	0,00	10,78
	Ajudas em espécie ou dinheiro	61,96	0,00	93,38	89,22
ieq71	Desp. coletivo/enc. Empresa	13,83	38,41	0,00	0,00
Razão de saída do último emprego	Desp. Individual	15,85	13,18	15,54	19,53
	Rescisão por mútuo acordo	10,23	13,02	15,86	0,00
	Trabalho com duração limitada	38,47	27,36	50,49	37,79
	Responsabilidades pes./famil.	2,74	0,00	5,88	2,35
	Doença/incapacidade pessoal	2,45	1,53	2,55	3,48
	Estudo ou formação	1,30	0,00	0,00	4,46

	Fim de um negócio pessoal	2,45	0,00	0,00	8,43
	Outra razão	12,68	6,50	9,68	23,95
ieq74	Trabalho por conta d'outrem	93,52	100,00	98,80	80,64
Situação na última	Trab. por conta pp como isolado	4,18	0,00	0,00	13,37
profissão	Trab. por conta pp como empreg.	1,59	0,00	0,00	5,07
	Trab. p/ família s/ remuneração	0,29	0,00	0,00	0,92
	Outra situação	0,43	0,00	1,20	0,00
ieq76	missing	0,14	0,19	0,40	0,00
Duração do	0-3 meses	16,88	10,96	20,56	18,86
desemprego	3-6 meses	17,89	14,11	0,00	41,52
	6-12 meses	17,32	20,40	11,62	20,46
	12-24 meses	22,66	31,26	17,87	19,16
	> 24 meses	25,25	23,27	49,95	0,00
ieq77a	missing	4,18	1,13	3,55	8,35
Nº empregos	1 emp. sig.	29,62	24,23	36,01	28,70
significativos	2 emp. sig.	27,22	29,33	27,12	24,96
	3 emp. sig.	18,65	17,21	26,45	11,78
	4 emp. sig.	10,68	9,44	0,00	23,64
	5 emp. sig.	6,02	5,65	6,44	5,96
	6 emp. sig.	2,41	3,03	3,99	0,00
	7 emp. sig.	1,50	4,32	0,00	0,00
	9 emp. sig.	3,46	6,79	0,00	3,51
	10 emp. sig.	0,45	0,00	0,00	1,44
ieq114	sim	71,76	100,00	100,00	0,00
Inscrição no Centro	não	28,24	0,00	0,00	100,00
de emprego					
ieq115	missing	28,24	0,00	0,00	92,86
Receção de	sim	46,39	100,00	0,00	0,00
subsídio	não	53,61	0,00	100,00	100,00
de desemprego					
ieq120	Trabalhava	84,29	100,00	60,44	100,00
Situação anterior à	Estudo ou frequência de form.	4,03	0,00	10,16	0,00
procura de	Serviço militar obrigatório	5,04	0,00	12,70	0,00
emprego					0,00
	Outra situação	6,63	0,00	16,70	
ieq4	15-24 anos	23,92	10,87	26,52	35,65
Idade	25-34 anos	22,48	10,65	29,91	27,17
	35-44 anos	22,62	27,94	19,32	20,46

Tipologias de Desempregados em Portugal

	45-54 anos	17,29	23,86	14,11	13,57
	55-64 anos	13,69	26,68	10,14	3,14
ieq3	mas	45,39	42,11	36,89	58,66
Género	fem	54,61	57,89	63,11	41,34
ieq5	Solteiro	38,62	19,05	43,08	54,87
Estado civil	Casado	54,61	70,89	53,22	38,46
	Viúvo	1,87	5,02	0,00	0,57
	Divorciado	4,90	5,04	3,71	6,09
ieq72 *	nivel1	5,62	5,60	6,15	5,02
CAE do último	nivel2	0,58	0,70	0,00	1,12
emprego	nivel3	25,50	43,54	18,28	14,55
	nivel4	0,43	1,30	0,00	0,00
	nivel5	1,59	2,17	1,58	0,96
	nivel7	9,80	4,40	6,56	19,41
	nivel8	17,72	17,41	22,18	12,84
	nivel9	12,54	8,03	13,60	16,13
	nivel10	2,02	1,13	1,88	3,13
	nivel11	1,44	0,00	1,77	2,60
	nivel13	9,65	7,00	12,03	9,74
	nivel14	5,33	3,12	7,31	5,39
	nivel16	2,59	2,50	1,16	4,38
	nivel18	2,31	1,87	2,96	2,01
	nivel19	2,88	1,23	4,54	2,73

* Designação dos níveis no separador "Anexos", anexo C , pág. 73

ieq73 *		3,17	0,95	1,47	7,41
CNP do último		4,03	4,03	2,62	5,65
emprego	nivel1	6,20	6,45	7,66	4,28
	nivel2	12,10	14,90	15,59	5,24
	nivel3	18,73	12,40	24,13	19,23
	nivel4	2,16	1,44	1,04	4,18
	nivel5	20,46	22,94	16,43	22,44
	nivel6	9,65	16,94	6,02	6,16
	nivel7	23,20	19,95	25,05	24,49
	nivel8	0,29	0,00	0,00	0,91
	nivel9				
	nivel10				

* Designação dos níveis no separador "Anexos", anexo D, pág. 74

Anexo F- Estimativas dos perfis puros (Tipologias)-2010

Solução 2 (solução adotada)-para criterium 1,25 e limiar 90

Perfis		Puros	1	2	3
Variável	Cat	Freq			
ieq85	até basico	75,19	89,52	64,90	70,27
Habilitações	secund	16,45	8,19	23,49	18,18
	superior	8,36	2,29	11,61	11,56
ieq19_1	Contacto com C. Emprego	65,29	84,30	94,05	0,00
Diligências de Procura de emprego	Contacto com Ag. Privadas	2,92	1,71	0,00	8,59
	Contacto com empregadores	19,75	13,99	0,00	55,05
	Pessoas conhecidas/sindicatos	5,61	0,00	0,00	20,83
	Colocação/resposta a anúncios	6,44	0,00	5,95	15,53
ieq23	sim	3,52	10,19	0,00	0,00
Receção de reforma ou pensão	nao	96,48	89,81	100,00	100,00
ieq24	Reforma ou pensão	1,32	4,67	0,00	0,00
Principal fonte de rendimento	Subsídio de desemprego	37,84	65,72	100,00	0,00
	Subsídio social de desemprego	3,91	13,83	0,00	0,00
	Outros subsídios	0,06	0,19	0,00	0,00
	RSI	4,40	15,58	0,00	0,00
	Lucros, dividendos, rendas	1,43	0,00	0,00	2,73
	Ajudas em espécie ou dinheiro	0,28	0,00	0,00	0,52
	Dependência da família/outros	50,77	0,00	0,00	96,75
ieq71	Desp. coletivo/enc. Empresa	22,94	51,47	0,00	0,00
Razão de saída do último emprego	Desp. Individual	20,79	46,66	0,00	0,00
	Rescisão por mútuo acordo	7,37	0,00	21,79	0,00
	Trabalho com duração limitada	33,88	0,00	71,27	44,80
	Necessidade cuidar de outros	0,33	0,00	0,00	1,51
	Outras razões pessoais/familia.	3,80	0,00	0,00	17,38
	Doença/incapacidade pessoal	2,20	1,63	0,00	6,75
	Estudo ou formação	0,72	0,00	0,00	3,27
	Reforma antecipada	0,06	0,12	0,34	0,00
	Reforma por velhice	0,06	0,12	0,31	0,00
	Fim de um negócio pessoal	2,37	0,00	0,00	10,83
	Outra razão	5,50	0,00	6,29	15,45

ieq74	Trabalho por conta d'outrém	93,56	99,68	100,00	80,47
Situação na última	Trab. por conta pp como isolado	4,51	0,00	0,00	13,93
profissão	Trab. por conta pp como empreg.	1,38	0,00	0,00	4,25
	Trab. p/ família s/ remuneração	0,44	0,00	0,00	1,36
	Outra situação	0,11	0,32	0,00	0,00
ieq76	0-3 meses	8,69	0,00	12,60	12,61
Duração do	3-6 meses	13,15	0,00	23,59	13,68
desemprego	6-12 meses	16,56	0,00	44,17	0,00
	12-24 meses	24,92	44,27	19,65	12,10
	> 24 meses	36,69	55,73	0,00	61,61
ieq77a	missing	2,75	0,18	1,14	6,72
Nº empregos	1 emp. Sig.	22,62	0,00	28,50	45,17
significativos	2 emp. Sig.	20,59	21,85	16,44	24,33
	3 emp. Sig.	22,74	44,52	0,00	23,38
	4 emp. Sig.	13,74	0,00	38,29	0,00
	5 emp. Sig.	8,48	23,14	0,00	0,00
	6 emp. Sig.	3,90	0,00	10,87	0,00
	7 emp. Sig.	1,64	0,00	2,28	2,99
	8 emp. Sig.	0,96	2,62	0,00	0,00
	9 emp. Sig.	4,02	7,87	0,00	4,12
	10 emp. Sig.	1,30	0,00	3,62	0,00
ieq114	sim	83,17	100,00	100,00	0,00
Inscrição no Centro	nao	16,83	0,00	0,00	100,00
de emprego					
ieq115	missing	16,83	0,00	0,00	48,83
Receção de	sim	51,72	100,00	100,00	0,00
subsídio	nao	48,28	0,00	0,00	100,00
de desemprego					
ieq120	Trabalhava	91,31	100,00	100,00	74,12
Situação anterior à	Estudo ou frequência de form.	3,03	0,00	0,00	9,01
procura de	Tarefas domésticas	2,70	0,00	0,00	8,03
emprego	Outra situação	2,97	0,00	0,00	8,85
ieq4	missing	0,28	0,60	0,21	0,00
Idade	15-24 anos	10,20	0,59	10,56	20,00
	25-34 anos	23,28	8,65	34,45	28,27
	35-44 anos	24,16	28,74	18,14	24,95
	45-54 anos	26,97	35,21	23,35	21,67
	55-64 anos	15,39	26,81	13,50	5,11

ieq3 género	mas	48,68	48,63	48,61	48,79
	fem	51,32	51,37	51,39	51,21
ieq5 estado civil	Solteiro	29,10	9,40	32,68	47,53
	Casado	61,00	75,34	60,95	45,11
	Viúvo	1,93	4,43	0,70	0,33
	Divorciado	7,98	10,83	5,67	7,03
ieq72 * CAE do último emprego	nivel1	4,02	1,81	5,59	4,82
	nivel3	20,63	39,04	12,80	8,91
	nivel4	0,06	0,16	0,00	0,00
	nivel5	0,17	0,00	0,52	0,00
	nivel6	16,94	17,05	16,31	17,43
	nivel7	16,01	17,08	12,44	18,27
	nivel8	3,25	2,68	5,32	1,87
	nivel9	12,98	8,95	12,13	17,98
	nivel10	1,38	1,05	2,24	0,89
	nivel11	0,88	0,17	1,43	1,10
	nivel12	0,66	1,17	0,33	0,44
	nivel13	1,38	1,54	1,41	1,17
	nivel14	4,73	2,01	5,10	7,21
	nivel15	2,97	0,51	6,08	2,58
	nivel16	4,29	1,38	9,31	2,56
	nivel17	4,46	2,58	5,27	5,64
	nivel18	1,49	0,21	1,66	2,65
	nivel19	1,05	1,04	1,31	0,80
	nivel20	2,70	1,59	0,75	5,69

* Designação dos níveis no separador "Anexos", anexo C, pág. 73

ieq73 * CNP do último emprego	nivel1	3,25	1,34	1,36	7,03
	nivel2	2,97	0,76	5,22	3,02
	nivel3	5,67	5,34	6,96	4,72
	nivel4	10,78	11,29	12,83	8,24
	nivel5	23,21	16,53	24,84	28,44
	nivel6	1,87	1,23	1,62	2,77
	nivel7	23,76	34,62	16,69	19,61
	nivel8	8,47	13,64	9,02	2,65
	nivel9	19,69	15,24	20,78	23,17
	nivel10	0,33	0,00	0,67	0,33

* Designação dos níveis no separador "Anexos", anexo D, pág. 74

